



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1



DECRETO N. 0168, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o teor do Decreto n. 017, de 06 de janeiro de 2025 ([ID 1494260](#));

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 2 de fevereiro de 2026.

Palácio Urupá, em 05 de fevereiro de 2026

[assinado eletronicamente]

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/02/2026 às 19:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2407794** e o código verificador **70FE8AE9**.

Docto ID: 2407794 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/SUPECOL/PMJP/RO/2026
(CADASTRO COMPRASNET: 90055/2026)

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-8456/2025 – SEMPLAN

OBJETO: Aquisição de computadores profissionais de alto desempenho, monitores LED widescreen e impressoras multifuncionais, periféricos, switches, adaptadores diversos, cabeamento de redes e demais itens para suporte e instalação de equipamentos eletrônicos com a finalidade de proporcionar infraestrutura tecnológica adequada para execução de projetos de engenharia, modelagem e renderização gráfica, fiscalização de obras e suporte técnico aos engenheiros e arquitetos da Prefeitura.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/06/2026 às 9h:30min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- O item 03 destinado a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- O item 04 é **COTA de até 25%** reservada à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP E EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.
- Os itens 1 e 2, e 5 a 16 são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS**.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 242.127,31 (Duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e sete reais e trinta e um centavos).

FONTE DE RECURSOS:

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

0216 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

021601 GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

04 Administração

04121 Planejamento e Orçamento

041210001 Administrando Competência e Responsabilidade

04121000120550000 Manut. Atividades da Secretaria de Planejamento

FICHA 1119 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

0216 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

021601 GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

04 Administração

04121 Planejamento e Orçamento

041210001 Administrando Competência e Responsabilidade

04121000120550000 Manut. Atividades da Secretariade Planejamento

FICHA 1110 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

1.1. Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, garantias, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no **Anexo I - Termo de Referência**.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br

Ji-Paraná-RO, 19 de maio de 2026.

Editais Elaborados por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Sônia Regina da Silva

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/SUPECOL/PMJP/RO/2026
(CADASTRO COMPRASNET: 90055/2026)

PARTICIPAÇÃO: AMPLA, EXCLUSIVA E COTA DE 25% RESERVADAS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal nº0703/GAB/PMJP/20236** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de junho de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-8456/2025 - SEMPLAN

1. DO OBJETO

1.1. *Aquisição de computadores profissionais de alto desempenho, monitores LED widescreen e impressoras multifuncionais, periféricos, switches, adaptadores diversos, cabeamento de redes e demais itens para suporte e instalação de equipamentos eletrônicos com a finalidade de proporcionar infraestrutura tecnológica adequada para execução de projetos de engenharia, modelagem e renderização gráfica, fiscalização de obras e suporte técnico aos engenheiros e arquitetos da Prefeitura.*

1.2. *A licitação será realizada em 16 (dezesesseis) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.*

2. *O item 03 é destinado a AMPLA PARTICIPAÇÃO.*

3. *O item 04 é COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP E EQUIPARADAS nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.*

4. *Os itens 1 e 2, e 5 a 16 são destinados à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS.*

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. Não poderão disputar esta licitação:

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

5.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O impedimento de que trata o item 5.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.12. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 10.1.1 e 10.12.1 deste Edital.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.**

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **VALOR TOTAL DO ITEM;**

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Quantidade.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 8.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 8.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 8.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**
- 8.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 8.18.** Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 8.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 8.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 8.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 8.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 8.21.2.2.** empresas brasileiras;
 - 8.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**.
- 8.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. Na hipótese da proposta do primeiro colocado **estiver acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o pregoeiro solicitará manifestação quanto à possibilidade negociar os preços.
- 8.22.1.** **Caso a licitante, ao ser convocada, não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM, ou não aceite negociar o valor acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela**

Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante.

8.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

9.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

9.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e 6.6 deste edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.6.1.** conter vícios insanáveis;
- 9.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.** (I.N. SEGES/ME Nº 73/2022)

9.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 9.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 9.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 9.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 9.8.3.** No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 9.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora,

admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

9.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para

efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

10.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

10.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.1.

10.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de até 10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento das peças.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

- 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual

será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/whatsapp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

14.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

14.11.3.1. Anexo III-A - Modelo de Declaração;

14.11.3.2. ANEXO IV – Modelo de contrato.

12. DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná-RO, 19 de maio de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Sônia Regina da Silva

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

(retificado conforme recomendado pelo Jurídico n.º 132/PGM/PMJP/2026)

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Aquisição de computadores profissionais de alto desempenho, monitores LED widescreen, periféricos, licenças digitais, switches, adaptadores diversos, cabeamento de redes e demais itens para suporte e instalação de equipamentos eletrônicos com a finalidade de proporcionar infraestrutura tecnológica adequada para execução de projetos de engenharia, modelagem e renderização gráfica, fiscalização de obras e suporte técnico aos engenheiros e arquitetos desta Prefeitura, conforme especificações técnicas mínimas exigidas para operação de softwares especializados principalmente para futura utilização do BIM- Building Information Modeling - ou Modelagem da Informação da Construção, uma metodologia que utiliza modelos digitais 3D inteligentes e colaborativos para criar e gerenciar informações durante todo o ciclo de vida de um projeto de construção, desde o planejamento e design até a construção, operação e manutenção, promovendo eficiência, comunicação e a redução de erro.

1.1 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, conforme definição prevista no inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem especificações usuais no mercado e são passíveis de comparação objetiva entre propostas. Esta classificação está devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Coordenadoria Geral de Engenharia da SEMPLAN, sendo a contratação parcelada por item, visando ampliar a competitividade e assegurar a economicidade, conforme disposto no art. 40, § 2º da referida Lei.

1.2 Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

Trata-se de aquisição de bens permanentes, não se enquadrando como serviço, e, portanto, sua execução é pontual e por escopo definido, sem natureza contínua. A entrega ocorrerá de forma única ou em etapas definidas no edital, sem a necessidade de prorrogações contratuais típicas dos contratos de prestação de serviço contínuo. A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, por tem, do tipo menor preço, em conformidade com o enquadramento como bem comum.

1.3 Prazo de Vigência da Contratação

O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável, de forma excepcional, por igual período, mediante justificativa técnica e comprovação de que a prorrogação continua vantajosa para a Administração Pública, conforme dispõe o art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II **JUSTIFICATIVA**





A presente contratação fundamenta-se na necessidade de prover infraestrutura tecnológica de alto desempenho da Coordenadoria Geral de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento de Ji-Paraná/RO, setor estratégico responsável pela elaboração, acompanhamento e fiscalização de projetos arquitetônicos e de engenharia da rede municipal.

O Estudo Técnico Preliminar - ETP demonstra que os equipamentos atualmente disponíveis encontram-se obsoletos e incapazes de atender às demandas técnicas exigidas por softwares especializados, como Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype 3d, Proelétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, Qi Builder, Archicad, SketchUp, Vegas Pró, Lumion, Excel avançado, BIM, comprometendo a produtividade, a qualidade e o cumprimento de prazos.

A Coordenadoria Geral de Engenharia da SEMPLAN exerce função estratégica na elaboração e execução de projetos de obras municipais, abrangendo construções, ampliações, reformas e manutenções de unidades de saúde, revitalizações de praças, centros esportivos, serviços de pavimentação, projetos de acessibilidade, bem como demais adequações e complementações em edificações e espaços públicos. Tais atribuições demandam recursos computacionais de alto desempenho, capazes de atender às exigências técnicas de modelagem, renderização, simulação tridimensional, elaboração e gestão de projetos, assegurando maior eficiência, precisão e qualidade na entrega dos resultados.

No cenário atual, os equipamentos disponíveis na Coordenadoria Geral de Engenharia encontram-se obsoletos e insuficientes para atender às demandas de processamento exigidas pelos softwares técnicos utilizados. Tal defasagem tecnológica ocasiona uma série de entraves que comprometem a rotina de trabalho e a entrega de resultados, entre os quais destacam-se:

- Baixo desempenho computacional travamentos frequentes e lentidão extrema durante a execução de softwares de modelagem e renderização, ocasionando interrupções no fluxo de trabalho e perda de tempo produtivo;
- Risco elevado de perda de dados falhas durante o processamento de renderização ou na manipulação de arquivos pesados podem levar à perda de informações essenciais, exigindo retrabalho e atrasando cronogramas pactuados;
- Incapacidade de utilizar recursos avançados, ausência de placa gráfica dedicada e de armazenamento SSD inviabiliza o uso pleno de funcionalidades de visualização 3D em tempo real, realidade virtual e renderizações de alta qualidade;
- Descompasso com requisitos técnicos de mercado enquanto softwares como AutoCAD e Revit exigem GPU dedicada de 4 GB ou mais, 16 GB de RAM e SSD, Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype3d, Pro elétrica, Dialux, QiBuilder, Archicad, SketchUp, Vegas Pró Lumion e futura implantação do BIM, demandam GPU de 8 a 16GB VRAM com 32 GB de RAM e SSD NVMe, os equipamentos atuais não atendem sequer à configuração mínima recomendada;
- Impacto na motivação e desempenho da equipe a constante frustração decorrente da incapacidade de concluir tarefas no prazo e com qualidade compromete o engajamento dos servidores e a percepção de valorização profissional;





- Crescimento projetado da estrutura organizacional da Secretaria, aumento do número de servidores e necessidade de realocação física para um novo espaço administrativo;
- Estudos de dimensionamento dos postos de trabalho, considerando a necessidade de alocar estações completas de informática compatíveis com as atividades desempenhadas e com os requisitos técnicos de produtividade e desempenho;

A substituição por equipamentos de última geração é necessária para garantir agilidade, precisão e qualidade na execução das atividades, assegurando que os projetos sejam entregues dentro dos prazos e com uso racional dos recursos públicos.

A aquisição proposta está amparada pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios da economicidade, eficiência e transparência, não se limita à substituição de equipamentos antigos, mas representa uma ação estratégica para assegurar que a Coordenadoria Geral de Engenharia (responsável atualmente por acompanhar mais de 80% das obras públicas municipais, e inclusive ficando sob a responsabilidade da SEMPLAN todo e qualquer projeto que envolvam os profissionais de engenharia elétrica) disponha de infraestrutura compatível com as exigências técnicas e legais do setor público, garantindo a entrega dessas obras com qualidade, dentro dos prazos e com uso racional dos recursos públicos.

2.1 Resultados Esperados

A presente contratação busca não apenas a substituição de equipamentos obsoletos, mas a implementação de uma infraestrutura tecnológica de alto desempenho capaz de atender plenamente às demandas da Coordenadoria Geral de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento. Com base nas necessidades identificadas e nas metas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, são esperados os seguintes resultados:

- Aumento exponencial de produtividade a redução estimada de até 90% no tempo de renderização permitirá que a equipe desenvolva, revise e apresente projetos em prazos consideravelmente menores;
- Melhoria substancial na qualidade visual a possibilidade de trabalhar com texturas, iluminação e simulação realistas elevará o padrão das apresentações e facilitará a compreensão dos projetos por todas as partes envolvidas nas execuções de obras públicas;
- Agilidade na execução de tarefas complexas a produção de plantas, cortes, maquetes virtuais e modelagens BIM será realizada com maior fluidez, permitindo ajustes rápidos e precisos durante o desenvolvimento dos projetos;
- Fortalecimento do planejamento e fiscalização de obras com recursos gráficos avançados, o sfiscais de contratos poderão prever e corrigir eventuais inconformidades antes da execução física, evitando retrabalhos e desperdício de recursos públicos;
- Segurança e integridade das informações com armazenamento SSD M.2 e NVMe, haverá maior velocidade de acesso a dados e menor risco de falhas, garantindo a preservação de arquivos de alto valor técnico;
- Valorização e motivação da equipe técnica ao dispor de ferramentas adequadas, os profissionais sentirão maior reconhecimento e terão condições para explorar plenamente





suas competências;

- Alinhamento com princípios da Administração Pública a medida reforça a economicidade, eficiência, transparência e qualidade dos serviços públicos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, evitando prejuízos decorrentes de equipamentos inadequados.
- A presente contratação não se limita à substituição de equipamentos antigos, mas representa uma ação estratégica para assegurar que a Coordenadoria Geral de Engenharia (responsável atualmente por acompanhar mais de 80% das obras públicas municipais, e inclusive ficando sob a responsabilidade da SEMPLAN todo e qualquer projeto que envolvam os profissionais de engenharia elétrica), disponha de infraestrutura compatível com as exigências técnicas e legais do setor público, garantindo a entrega dessas obras com qualidade, dentro dos prazos e com uso racional dos recursos públicos.
- O investimento modernizará significativamente o setor de Coordenação Geral de Engenharia alinhando-o às recomendações técnicas dos fabricantes dos softwares utilizados, como Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype 3d, Proelétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, QiBuilder, Archicad, SketchUp, Vegas Pró e Lumion. Essa atualização tecnológica não apenas permitirá o uso pleno de recursos avançados, mas também garantirá compatibilidade e desempenho adequados pelos próximos anos, prolongando a vida útil do investimento e reduzindo a necessidade de novas aquisições em curto prazo.
- Maior assertividade nas decisões técnicas, com detecção prévia de inconformidades antes da execução física das obras, evitando desperdício de recursos.
- Além disso, a tomada de decisão será mais embasada, pois os gestores terão acesso a dados e visualizações de melhor qualidade, fortalecendo o planejamento estratégico e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

2.2 O investimento contribui para:

2.2.1 Qualidade e padronização técnica

A especificação dos equipamentos busca assegurar a compatibilidade tecnológica e a qualidade necessária para a execução de projetos complexos na SEMPLAN.

a) Fundamentação Legal: Em observância ao art. 43 da Lei nº 14.133/2021, a definição dos requisitos técnicos (como processadores de última geração e placas de vídeo compatíveis com tecnologia Ray Tracing) pauta-se no princípio da padronização, que permite à Administração:

- Garantir a compatibilidade com os softwares de engenharia já utilizados;
- Facilitar a manutenção e a reposição de componentes por meio de especificações uniformes;
- Assegurar que os bens entregues possuam o rendimento e a durabilidade compatíveis com o padrão de desempenho exigido para o interesse público.





2.2.2 Transparência e competitividade

Adoção de licitação eletrônica, (art. 5º e art. 37 da Lei nº14.133/2021), ampliando a participação de fornecedores e potencializando a obtenção de melhores preços;

2.2.3 Valorização do corpo técnico

Fornecendo ferramentas adequadas para execução de projetos complexos e para fiscalização precisa das obras escolares;

2.2.4 Sustentabilidade

Por meio da aquisição de equipamentos com certificações de eficiência energética e da adoção de práticas de descarte ambientalmente responsável para os equipamentos substituídos.

Assim, a contratação fortalece a capacidade operacional e técnica do Núcleo de Engenharia, potencializando a entrega de obras de maior qualidade, dentro dos prazos estabelecidos e com uso racional dos recursos públicos.

CAPÍTULO III ESPECIFICAÇÕES

A solução ora apresentada consiste na aquisição de equipamentos de informática de alto desempenho, destinados à Coordenadoria Geral de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento de Ji-Paraná/RO. O dimensionamento da quantidade necessária fundamenta-se nas Plantas Layout Engenharia Piso Térreo ([ID 2051673](#)) e Engenharia Piso Superior ([ID 2051674](#)), integrantes do projeto de reorganização física da SEMPLAN/Coordenadoria Geral de Engenharia, de modo a assegurar a correta alocação dos postos de trabalho e a eficiência no desempenho das atividades institucionais.

A definição quantitativa observa, além da disposição física dos ambientes, a necessidade de estações de trabalho exclusivas, o uso simultâneo dos equipamentos e a inviabilidade de revezamento, em razão do caráter técnico especializado das funções desempenhadas.

O objetivo principal consiste na substituição dos equipamentos atualmente obsoletos, os quais comprometem a produtividade, a eficiência e a qualidade técnica dos serviços prestados, dotando a Coordenadoria de infraestrutura compatível com as demandas de alto desempenho computacional. Tal medida é especialmente necessária para a execução de atividades que utilizam softwares técnicos especializados, tais como Civil 3D, Eberick, Metashape, Cype 3D, Pro Elétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, Qi Builder, Archicad, SketchUp, Vegas Pro, Lumion, Excel Avançado e plataformas BIM.

A implementação da solução proposta tem por finalidade conferir maior agilidade ao desenvolvimento e à revisão de projetos arquitetônicos e de engenharia, mitigar riscos de perda de dados, elevar o





padrão visual e técnico dos projetos e, ainda, aprimorar a fiscalização das obras, em especial das unidades escolares, dessa forma, contribuirá de maneira direta e efetiva para o fortalecimento da gestão da infraestrutura pública no âmbito municipal.

A aquisição contempla os seguintes componentes, definidos a partir das necessidades operacionais e dos requisitos técnicos identificados no Estudo Técnico Preliminar:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QTD	UND	CÓD.
01	Monitor LED 27" Widescreen	MONITOR COM NO MÍNIMO 27 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920x1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 180Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.	20	UND	108.001.019
02	Monitor LED 24" Widescreen	MONITOR COM NO MÍNIMO 24 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 x 1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 120 Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.	10	UND	108.001.020
03	Computador Profissional de Alto Desempenho	COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PLACA MÃE COM CHIPSET B760 OU B650, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 OU AM5 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR5 5600-600MHz INTEL ou similar de mesma qualidade, DUAL CHANNEL (4 SLOTS), EXPANSÕES 1X PCIe 4.0/5.0 X16 PARA GPU; PROCESSADOR COM NÚCLEOS E THREADS: 12 A 16 NÚCLEOS/24 THREADS OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA BASE ENTRE 3.2GHz E 4.7GHz; MEMÓRIA RAM: 32GB (2X16GB) DDR5 VELOCIDADE 5600 MHZ OU SUPERIOR; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA mínima DE 12 GB GDDR6X - RTX, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 x 16, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 3800 A 5900 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª OU 3ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAYPORT 1.4 OU 2; ARMAZENAMENTO: 1TB SSD M.2 PCIE NVME; FONTE: 800w80 PLUS GOLD OU SUPERIOR; GABINETE COMPATÍVEL; CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE 2021 PRO	9	UND	108.001.021
04	COMPUTADOR PROFISSIONAL DE MÉDIO DESEMPENHO	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES PROCESSADOR COM 10 NÚCLEOS (6 DE DESEMPENHO + 4 DE EFICIÊNCIA) E 16 THREADS, FREQUÊNCIA BASE DE 2.5GHz, TURBO ATÉ 4.7GHz; PLACA MÃE COM CHIPSET B760, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR4 intel ou similar; MEMÓRIA: 08GB (1X08GB) DDR4 3200MHZ; ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 PCIE NVME + HDD 1TB 3,5"; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA MÍNIMA DE 8 GBGDD R6, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0x8, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 2304 A 2560 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAY	6	UND	108.001.022





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Planejamento
Coordenadoria de Engenharia



		PORT1.4; FONTE: 500W OU SUPERIOR. CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE2 021 PRO			
05	NOBREAK	NOBREAK 700VA BIVOLT/115V PRETO, CARACTERÍSTICAS GERAIS, BATERIA ESPECIFICAÇÕES, TÉCNICAS: COR: PRETO, TENSÃO DE ENTRADA :115V -220V BIVOLT, TENSÃO DE SAÍDA: 115V PADRÃO BRASILEIRO DE PLUGUES E TOMADAS	15	UND	108.001.025
06	SWITCH	SWITCH 16 PORTAS GIGABIT PARA RACK	3	UND	059.001.694
07	TABLET	TABLET TELA DE 12.1" COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: TABLET NA COR BRANCO OU PRETO, 1 CARREGADOR, CABOS DE DADOS, 1 FONE DE OUVIDO E MANUAL DE INSTRUÇÕES,PROCESSADOR QUAD-CORE, TIPO DE TELA LCD TFT, TAMANHO DO DISPLAY 12", CONEXÃO WI-FI, MEMORIA INTERNA DE MINIMO 8GB DE MEMÓRIA RAM.	1	UND	108.001.029
08	IMPRESSORA	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA - VELOCIDADE DE IMPRESSAO 10PPM MONOCROMATICA E 05PPM COLORIDA E VELOCIDADE MINIMA DE IMPRESSAO EM ISO DE 30PPM MONOCROMATICA E 15PPM COLORIDA. COMPOSTO DE 01 GARRAFA COM TINTA PRETA COM RENDIMENTO MINIMO DE 3.500 PAGINAS E 03 GARRAFAS DE TINTA COLORIDA (CIANO, MAGENTA, AMARELO) COM RENDIMENTO MINIMO DE 6.500 PAGINAS. SCANNER DE BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, COM RESOLUCAO OTICA DO SCANNER DE NO MINIMO 600 DPI E HARDWARE DO SCANNER DE 1200DPI, FUNCOES DE DIGITALIZACAO PARA PC (PDF E WSD), CONECTIVIDADE PADRAO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE (COMPATIVEL COM USB 1.1), WI-FI (802.11 B/G/N) E WI-FI DIRECT. VISOR DE NO MINIMO 1,40" LCD COLORIDO DEVERA ESTAR INCLUSO NA CAIXA 1 GARRAFA DE TINTA PRETA, 01 GARRAFA DE TINTA CIANO, 01 GARRAFA DE TINTA MAGENTA, 01 GARRAFA DE TINTA AMARELA, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CD DE INSTALAÇÃO, GUIA DE INSTALAÇÃO RAPIDA	1	unidade	108.001.030
09	TECLADO	TECLADO MULTIMÍDIA, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, COMPATÍVE EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UND	108.001.023
10	MOUSE	MOUSE SEM FIO, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, RECARREGÁVEL , COMPATÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UND	108.001.024
11	FONE OUVIDO	FONE OUVIDO, TIPO HEADSET PROFISSIONAL CONECTORES 1/8" OU P2 ESTÉREO, COR: PRETO, FONES DRIVER 40 MM, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 20 HZ - 20 KHZ, CABO 1,5 M, MICROFONE UNIDIRECIONAL.	20	UND	108.001.026
12	WEBCAM HD	WEBCAM HD 720P; RESOLUÇÃO DE VÍDEO; HD 720P; RESOLUÇÃO DA IMAGEM: 3MPX; INTERFACES: 2.0. VIDEOCHAMADA HD (1280 X 720 PIXELS) COM SISTEMA RECOMENDADO; CAPTURA DE VÍDEO: ATÉ 1280 X 720 PIXELS; FOTOS: ATÉ 3,0 MEGAPIXELS (COM OTIMIZAÇÃO DO SOFTWARE);	15	UND	108.001.027





13	Cabo	ROLO CABO 300 m CAT 6	1	caixa	009.003.321
14	Conector Macho	PACOTE 100 unid RJ 45 CAT 6	100	UND	006.005.195
15	MOUSE PAD	Mousepad com apoio em gel, design ergonômico, superfície em tecido, base antiderrapante.	15	UND	002.003.290

Todos os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses, além de suporte técnico nacional e fornecimento de peças de reposição por pelo menos 5 anos.

3.1 Requisitos Técnicos dos Bens

Nos itens 3 (Computador) e 4 (Microcomputador), destaca-se que ambos contemplam a inclusão das chaves de ativação do Windows 11 Pro e do Microsoft Office 2021 Pro, tratando-se de licenciamento de software imprescindível para a utilização regular dos equipamentos.

Ainda, nos referidos itens é especificada a exigência de placa de vídeo Nvidia RTX, devendo tal requisito ser mantido no edital. As placas de vídeo RTX pertencem a uma linha empresarial/profissional, projetada para oferecer desempenho superior, alta precisão, maior estabilidade e durabilidade, sendo amplamente utilizadas em laboratórios, instituições de pesquisa e corporações de grande porte. Diferenciam-se das placas de linha comercial por possuírem características técnicas de projeto que garantem maior eficiência em processos de renderização e no processamento de grandes volumes de dados, atendendo, assim, às demandas específicas da Coordenadoria de Engenharia.

Os bens a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender às normas técnicas vigentes (ABNT, INMETRO ou certificações internacionais equivalentes), garantindo que a qualidade técnica reflita o resultado mais vantajoso, conforme preceitua o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Requisitos de Garantia e Assistência Técnica

Garantia mínima: Computadores, tablet e monitores: 12 (doze) meses; Atendimento de assistência técnica em território nacional; Prazo máximo de atendimento: até 72 horas úteis após a abertura de chamado; Disponibilidade de peças de reposição por no mínimo 5 (cinco) anos a partir da entrega; Entrega acompanhada de manuais técnicos em português (impressos e/ou digitais), termos de garantia e certificados de conformidade; Substituição imediata de equipamentos que apresentarem defeito de fabricação ou incompatibilidade técnica detectada no recebimento provisório; Realização de testes e inspeção no ato da entrega, com emissão de termo de conformidade assinado pela fiscalização contratual.





3.3 Requisitos Legais e Administrativos

A aquisição observará os seguintes requisitos legais e administrativos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021:

A contratação será precedida de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme análise de viabilidade constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP);

Será exigida documentação técnica comprobatória de conformidade com normas brasileiras aplicáveis, tais como certificados, manuais, catálogos ou outros meios equivalentes, sempre que pertinente;

A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo estabelecido no edital, e o recebimento ficará condicionado à conferência das especificações, à realização de testes de funcionamento (quando aplicável) e à emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

A Administração designará servidores fiscais, nas funções técnica e administrativa, para acompanhar a entrega, realizar a inspeção dos materiais e registrar eventuais ocorrências durante o processo;

Poderá ser exigida garantia contratual, conforme a natureza e o valor global da contratação, a ser definida na fase de planejamento e instrução do edital.

3.4 Requisitos Ambientais e Sustentáveis (quando aplicável)

Em conformidade com o art. 11, inciso IV, e o art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, a aquisição deverá atender aos seguintes requisitos ambientais e de sustentabilidade:

- **Eficiência Energética:** Preferência por equipamentos com certificações de eficiência energética reconhecidas (ex.: Energy Star, Procel A ou equivalente), visando a redução do consumo de eletricidade;
- **Logística Reversa:** A contratada deverá assegurar, quando solicitado, o suporte para o encaminhamento dos equipamentos e componentes substituídos para programas de logística reversa ou empresas certificadas em reciclagem de eletroeletrônicos, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- **Gestão de Resíduos:** Destinação ambientalmente adequada das embalagens, com incentivo à coleta seletiva e à reciclagem por parte do fornecedor no momento da entrega e instalação;
- **Racionalização de Recursos:** Os equipamentos adquiridos devem possuir recursos automáticos de economia de energia (modo sleep/hibernação) ativos por padrão;
- **Logística Sustentável:** Planejamento de entregas agrupadas para reduzir a emissão de gases poluentes e o impacto ambiental do transporte.

CAPÍTULO IV

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS





4.1 Alinhamento Estratégico, Eficiência e economicidade

A presente solução está alinhada ao objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Planejamento, em especial às metas de modernização tecnológica e de gestão eficiente da infraestrutura, previstas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A escolha por computadores de alto desempenho justifica-se economicamente pois evita o "custo da ineficiência" (travamentos e atrasos em projetos de engenharia), garantindo que o ciclo de vida do objeto seja condizente com o investimento realizado, atendendo assim ao princípio da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública (Art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná 02 PODER EXECUTIVO

0216 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

021601 GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

04 Administração

04121 Planejamento e Orçamento

041210001 Administrando Competência e Responsabilidade

04121000120550000 Manut. Atividades da Secretaria de Planejamento

FICHA 1119 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná 02 PODER EXECUTIVO

0216 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

021601 GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

04 Administração

04121 Planejamento e Orçamento

041210001 Administrando Competência e Responsabilidade

04121000120550000 Manut. Atividades da Secretariade Planejamento

FICHA 1110 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

CAPÍTULO V

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Natureza e Forma da Execução

A contratação será processada por licitação na modalidade Pregão Eletrônico, conforme art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão de se tratar de aquisição de bens comuns de tecnologia da informação, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.





O certame será realizado por item, com julgamento pelo critério de menor preço por item (art. 33, inciso I), na forma de fornecimento imediato/integral.

A execução abrangerá o fornecimento, transporte, entrega, instalação (quando aplicável), testes de funcionamento, manuais, termos de garantia e assistência técnica durante o prazo contratual, devendo a contratada observar rigorosamente os prazos estabelecidos no edital.

A execução da solução abrangerá:

- Entrega dos equipamentos no endereço indicado pela Administração;
- Instalação e configuração inicial para pleno funcionamento;
- Testes de conformidade para verificação das especificações;
- Treinamento básico para a equipe técnica, quando aplicável;
- Disponibilização de manuais e termos de garantia;
- Assistência técnica durante o período de garantia.

O fornecedor será responsável por assegurar a integridade dos equipamentos durante o transporte, pela correta instalação e pela substituição imediata de unidades que apresentem defeitos de fabricação ou incompatibilidade com as especificações contratadas.

A execução do objeto se dará por meio da entrega única dos bens contratados, nas quantidades e especificações descritas neste Termo de Referência, diretamente no endereço indicado pela Administração. O fornecedor será responsável pelo fornecimento, transporte, descarregamento, instalação e configuração dos equipamentos, quando aplicável, garantindo que os mesmos estejam prontos para uso imediato.

Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação recente e atender integralmente às especificações técnicas previstas.

5.2 Classificação da Execução

A presente contratação classifica-se como compra, conforme a definição estabelecida no art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, que a caracteriza como a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parcelado.

5.3 Condições de Entrega

A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 30 dias corridos, conforme estabelecido no edital, contado a partir da emissão da ordem de fornecimento e/ou empenho;





O transporte e a descarga dos equipamentos são de responsabilidade exclusiva da contratada;

Local da entrega: Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, localizado na Avenida Clóvis Arraes (Rodovia Pastor Severo- RO 135, KM 1) S/N, saída para Nova Londrina, zona rural, Ji-Paraná/RO.

Os bens deverão ser entregues em embalagens originais, devidamente lacradas e com identificação do fabricante; Deverá ser apresentado, no ato da entrega, nota fiscal, certificados, manuais e termos de garantia; Qualquer dano ocasionado durante o transporte ou manuseio será de responsabilidade da contratada, devendo o equipamento ser substituído sem ônus adicional para a Administração.

5.4 Fiscalização da Execução

A Administração designará fiscais para acompanhamento da execução, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

Compete à fiscalização:

- Conferir a conformidade dos equipamentos com as especificações do contrato; Acompanhar e registrar o recebimento provisório e definitivo;
- Anotar e comunicar eventuais irregularidades ou descumprimentos à Alta Administração;
- Solicitar substituição ou reparo imediato de itens não conformes;
- Garantir que toda a documentação de garantia, licenciamento e conformidade seja devidamente entregue e arquivada.

5.5 Aceitação dos Bens

A aceitação dos bens ocorrerá em duas etapas:

- Recebimento Provisório realizado no ato da entrega, mediante conferência física, análise das especificações e realização de testes de funcionamento (quando aplicável), com registro em termo próprio;
- Recebimento Definitivo efetuado após a verificação da conformidade total dos bens entregues e do cumprimento de todas as obrigações contratuais, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Em caso de não conformidade, o fornecedor deverá providenciar a substituição ou correção no prazo máximo definido no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

CAPÍTULO VI

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Execução Contratual

O contrato decorrente desta contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, em





conformidade com as cláusulas contratuais, com este Termo de Referência e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por ato formal da Administração, o cronograma de entrega poderá ser prorrogado automaticamente, por período equivalente, mediante registro por apostila no processo, sem necessidade de aditivo contratual.

As comunicações formais entre a Administração e a empresa contratada deverão ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico com certificação de envio e recebimento, especialmente quando envolverem notificações, solicitações, relatórios ou qualquer medida administrativa.

A Administração poderá convocar o representante da empresa contratada sempre que se fizer necessário para tratar do fiel cumprimento das obrigações pactuadas, visando à adoção de providências imediatas.

Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre a contratada e a Administração, visando à apresentação do plano de fiscalização e das diretrizes para execução contratual, abordando:

- Obrigações contratuais da contratada;
- Mecanismos de fiscalização e acompanhamento;
- Estratégias para entrega e recebimento dos bens;
- Plano logístico e cronograma de fornecimento;
- Métodos de avaliação de desempenho;
- Sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

6.2 Designação e Atuação do Preposto

A contratada deverá indicar, antes do início da execução contratual, preposto formalmente designado, com poderes para representar a empresa no acompanhamento da entrega dos materiais e demais providências relacionadas ao cumprimento do contrato.

O preposto deverá estar disponível para atendimento às comunicações da Administração, podendo ser convocado sempre que necessário para esclarecimentos, ajustes ou correções pertinentes à execução.

A Administração poderá recusar, devidamente justificada, a indicação ou a permanência de preposto





que não esteja cumprindo adequadamente suas funções, devendo a empresa realizar nova designação em prazo compatível.

6.3 Fiscalização do Contrato

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscais técnico formalmente designados pela Secretaria Municipal de Planejamento, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo haver substitutos designados conforme necessidade.

Compete ao fiscal do contrato acompanhar a entrega dos bens, verificar a conformidade com as especificações técnicas constantes no TR, atestar a regularidade da execução contratual e garantir que os materiais estejam em perfeito estado de funcionamento.

O fiscal deverá registrar todas as ocorrências relevantes da execução contratual no histórico do processo, incluindo atrasos, defeitos, inconformidades ou qualquer situação que exija providência.

Caso identifique falhas ou irregularidades, o fiscal notificar a empresa para correção, estipulando prazo para atendimento.

Demandas que extrapolem a competência do fiscal deverão ser imediatamente informadas ao gestor do contrato para encaminhamento à autoridade competente.

Havendo risco de prejuízo à execução contratual, como atrasos ou entregas em desacordo, o fiscal comunicará o fato ao gestor do contrato de forma tempestiva.

O fiscal técnico será responsável por comunicar ao gestor o encerramento da execução contratual, visando à adoção das medidas para liquidação e eventual prorrogação, se for o caso.

Compete ainda à fiscalização:

- Verificar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos no contrato;
- Acompanhar a qualidade dos bens fornecidos, com base nas especificações técnicas;
- Registrar irregularidades formais e materiais, emitindo relatórios circunstanciados;
- Solicitar substituição de itens em desconformidade, quando necessário;
- Conferir a integridade física, funcionamento e compatibilidade dos bens entregues;
- Emitir parecer técnico conclusivo quanto ao cumprimento do objeto.

O fiscal administrativo atuará preventivamente, reportando ao gestor do contrato sempre que identificar indício de descumprimento ou necessidade de intervenção superior.





6.4 Gestão do Contrato

Caberá ao gestor do contrato coordenar e consolidar as atividades de fiscalização, manter atualizados os registros formais da execução e elaborar relatórios administrativos sobre a evolução contratual.

O gestor será responsável por:

- Acompanhar e validar os registros dos fiscais do contrato; Verificar a conformidade da execução com o planejamento;
- Emitir relatórios conclusivos com base na fiscalização, inclusive quanto ao desempenho da contratada; Encaminhar à autoridade superior proposta de aplicação de sanções, quando for o caso;
- Atestar a regularidade da execução para fins de liquidação e pagamento;
- Adotar providências para eventual abertura de processo sancionatório, conforme art .158 da Lei nº 14.133/2021;

6.5 Responsabilidade da Contratada

A fiscalização exercida pela Administração não exime a empresa contratada de suas responsabilidades legais, inclusive perante terceiros, nem implica corresponsabilidade da Administração por vícios, falhas ou danos decorrentes da execução.

CAPÍTULO VII

DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1 Avaliação da Execução

A avaliação da execução contratual será realizada com base na verificação da conformidade dos bens entregues em relação às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e no contrato, observando-se critérios de qualidade, quantidade, funcionamento e atendimento aos prazos estabelecidos.

A Administração poderá proceder à retenção proporcional dos pagamentos, ou glosa, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sempre que constatadas as seguintes ocorrências:

- Entrega de equipamentos fora das especificações técnicas ou com defeitos; Fornecimento de itens em quantidade inferior à contratada;
- Descumprimento de prazos;
- Falta de apresentação de documentação obrigatória para o atesto e liquidação da despesa.

A fiscalização técnica poderá utilizar instrumentos complementares de verificação, como inspeções in loco, registros fotográficos, laudos de funcionamento, relatórios de instalação, dentre outros meios de aferição pertinentes.





7.2 Do Recebimento dos Bens

Recebimento Provisório: ocorrerá no ato da entrega, após pelo fiscal do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações (Art. 140, inciso II, alínea a e b").

Recebimento Definitivo: ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado emitido pela Comissão Especial, que comprove o atendimento de todas as exigências técnicas e manuais, para fins de liquidação da despesa (Art. 140, inciso II, alínea ").

O prazo para o recebimento definitivo poderá ser suspenso caso a Contratada precise sanar vícios ou defeitos apontados na conferência técnica

O recebimento não exime a contratada de suas responsabilidades civis e técnicas, inclusive quanto a vícios ocultos ou defeitos de fabricação, durante o período de garantia.

7.3 Da Liquidação da Despesa

A liquidação da despesa deverá observar o disposto nos artigos 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021, bem como as normas da Lei nº 4.320/1964.

Procedimento: O pagamento somente será efetuado após a execução regular do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, comprovando o Recebimento Definitivo nos termos do art. 140 desta Lei.

Regularidade: A liquidação da despesa fica condicionada à verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, que deverá ser mantida durante toda a execução do contrato, conforme exigido pelo art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

Para contratações com valor inferior ao previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de liquidação será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação.

Para fins de liquidação, será exigida a apresentação da seguinte documentação: Nota fiscal válida, com data de emissão, discriminação do objeto, valor unitário e total;

Identificação do contrato/Empenho, número do processo e nome da contratante (SEMPPLAN Ji-Paraná); Período de entrega, quando aplicável; Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, SICAF, CAGEFIMP, etc.; Atesto de recebimento provisório emitido pelos fiscais.





Constatado erro ou irregularidade, a liquidação ficará suspensa até que a contratada adote as providências corretivas, sem prejuízo do reinício do prazo após regularização.

A ausência de regularidade fiscal identificada no SICAF ensejará notificação formal à contratada, que terá até 5 (cinco) dias úteis para regularizar sua situação ou apresentar defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez.

Persistindo a irregularidade fiscal, a Administração adotará as providências legais cabíveis, podendo comunicar os órgãos competentes e instaurar processo de rescisão contratual, assegurado o contraditório.

O pagamento poderá ser mantido até decisão administrativa definitiva, desde que a entrega dos bens tenha ocorrido de forma efetiva e satisfatória.

7.4 Do Pagamento

O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária em conta indicada pela contratada.

Será considerada como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, caso haja atraso por parte da Administração, incidirá atualização monetária conforme índice legalmente aplicável.

Serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação, inclusive federais, estaduais e municipais. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá apresentar comprovante de enquadramento atualizado para dispensa das retenções cabíveis.

7.5 Do Reajuste e da Revisão de Preços

Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, cabendo a Supecol às necessárias negociações junto a empresa vencedora do certame, conforme previsto na Lei n 14.133, art. 130.

O reajuste será concedido a partir de manifestação formal da contratada e por meio de simples apostilamento, condicionada à manutenção da vantajosidade da contratação.

A solicitação de reequilíbrio poderá ser requerida em caso de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, d, da Lei nº 14.133/2021.

A solicitação de reequilíbrio deverá ser formalizada pela parte interessada, com justificativa técnica e





documentação comprobatória, sujeita à análise e decisão da Administração.

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c** e **d** do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima, bem como nas alíneas **b**, **c** e **d**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa:
 - 1. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2021 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e acritério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
 - 2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);
 - 3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com





a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso





do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração, resultantes de multas administrativas e/ou indenizações, poderão ser compensados com créditos devidos pelo Contratante, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros mantidos com o órgão, nos termos do **art. 162 da Lei nº 14.133/2021**, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa. Caso não haja créditos suficientes para a compensação, o valor deverá ser recolhido no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

CAPÍTULO IX

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, modalidade prevista no art. 28 inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se que o objeto da presente licitação refere-se à aquisição de bens permanentes padronizados de tecnologia da informação, cujas especificações são usuais no mercado, amplamente disponíveis e passíveis de avaliação objetiva.

Opta-se pela forma eletrônica de condução do certame, em ambiente digital oficial, por garantir maior publicidade, competitividade, transparência, economicidade e celeridade processual, promovendo isonomia entre os licitantes, em conformidade com os princípios previstos nos arts. 5º e 11 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, conforme **art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**. A licitação será realizada por item, observando o princípio do parcelamento previsto no **art. 40, § 2º** da mesma Lei, tendo em vista que o objeto comporta divisão





em parcelas técnica e economicamente autônomas. Essa estratégia visa ampliar a competitividade e assegurar o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo à funcionalidade do conjunto tecnológico da SEMPLAN.

9.1 Regime de Execução

O regime de execução será o de **fornecimento integral**, com entrega única de todos os itens, conforme a natureza de **compra** definida no **art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021**. O pagamento será realizado em parcela única, após a entrega efetiva, a instalação (onde couber) e o **recebimento definitivo** de todos os bens, devidamente atestado pela fiscalização, em estrita observância ao **art. 140, inciso II, alínea "**, da referida Lei

Cada item será entregue conforme a demanda fixada no contrato, sendo vedada a entrega parcial de produtos de um mesmo item, salvo autorização expressa da Administração, por motivo devidamente justificado.

9.2 Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverão ser atendidos os requisitos previstos nos termos dos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme detalhamento a seguir.

9.2.1 Habilitação Jurídica

O licitante deverá comprovar sua regular constituição e existência legal, mediante a apresentação dos documentos a seguir, conforme o respectivo enquadramento jurídico:

Contrato social, estatuto ou documento equivalente registrado no órgão competente; Documento de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável;

No caso de Microempreendedor Individual MEI, a apresentação do Certificado da Condição de MEI (CCMEI), com verificação da autenticidade;

- Para sociedades cooperativas, deverão ser apresentados os documentos exigidos na Lei nº 5.764/1971;
- Em caso de consórcios (se admitidos), apresentação do contrato de consórcio e da indicação da empresa líder, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

O licitante deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação de:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão conjunta de débitos relativos atributos federais e à Dívida Ativa da União (RFB/PGFN), incluindo a Seguridade Social;
- Certidão de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, compatível com o objeto licitado.

Nota: Empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar declaração atualizada de enquadramento para fins de não retenção tributária indevida.

9.2.3 Qualificação Econômico-Financeira

Deverá ser apresentada documentação que demonstre a saúde financeira da empresa, incluindo:

- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com índices mínimos de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1 (um), devidamente assinados por profissional contábil habilitado;

Empresas com menos de dois anos de constituição poderão apresentar balanço de abertura, nos termos do §1º do art. 65 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.4 Qualificação Técnica

A qualificação técnica será verificada por meio de:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação de alto e médio desempenho, compatíveis com as características exigidas neste Termo de Referência, tais como computadores profissionais, tablet, monitores e multifuncionais;
- Os atestados devem indicar que os bens fornecidos possuíam especificações técnicas semelhantes ou superiores às descritas neste documento;
- Os documentos devem estar relacionados à atividade econômica principal ou secundária da empresa licitante, constante no contrato social.

9.2.5 Disposições Gerais sobre a Habilitação

Os documentos poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial, desde que seja comprovado que a executora do contrato é a detentora da documentação apresentada, nos termos do §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão estar acompanhados da respectiva tradução juramentada e, se exigido, consularizados ou apostilados, conforme Decreto nº 8.660/2016.

A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes dos documentos de habilitação, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.





CAPÍTULO X

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a definição do valor estimado da contratação, procedeu-se à cotação de preços atualizada, mediante pesquisa de mercado junto ao **Painel de Preços**, considerando-se a média dos valores unitários praticados para cada item, em conformidade com o disposto no art. 23, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021,

Como objetivo de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e assegurar a razoabilidade dos valores a serem contratados.

O referido levantamento resultou no montante de **R\$ 242.127,31 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e sete reais e trinta e um centavos)**, valor que serviu como parâmetro para a elaboração do Termo de Referência e para a instrução da fase interna do processo de contratação.

Ressalta-se que o levantamento de preços ora apresentado poderá, quando necessário, ser complementado pela **Controladoria Geral de Preços (CGP)** da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, observadas as diretrizes e competências institucionais estabelecidas.

O levantamento de preços foi elaborado pela Coordenadoria Geral de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento de Ji-Paraná/RO, no mês de setembro de 2025, mediante pesquisa junto ao painel de preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-materiais>) para cada item no mês de setembro de 2025, observando os seguintes critérios:

- Compatibilidade entre os itens cotados e as especificações técnicas definidas no Estudo Técnico Preliminar;
- Seleção de fontes confiáveis e representativas do segmento de mercado correspondente;
- Registro documental das consultas realizadas e valores obtidos.

Detalhamento dos Valores: segue abaixo a planilha com a descrição e quantidade dos itens e o valor médio obtido nas consultas de mercado:

ITEM	DESCRIÇÃO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QTD	UND	VLR MÉDIO	VLR TOTAL
01	MONITOR COM NO MÍNIMO 27 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920x1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 180Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.	20	UNID	959,28	19.185,60
02	MONITOR COM NO MÍNIMO 24 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 x 1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 120 Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms	10	UNID	787,97	7.879,70





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Planejamento
Coordenadoria de Engenharia



	(MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.				
03	COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PLACA MÃE COM CHIPSET B760 OU B650, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 OU AM5 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR5 5600-600MHz INTEL ou similar de mesma qualidade, DUAL CHANNEL (4 SLOTS), EXPANSÕES 1X PCIe 4.0/5.0 X16 PARA GPU; PROCESSADOR COM NÚCLEOS E THREADS: 12 A 16 NÚCLEOS/24 THREADS OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA BASE ENTRE 3.2GHz E 4.7GHz; MEMÓRIA RAM: 32GB (2X16GB) DDR5 VELOCIDADE 5600 MHZ OU SUPERIOR; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA mínima DE 12 GB GDDR6X - RTX, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 x 16, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 3800 A 5900 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª OU 3ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAYPORT 1.4 OU 2; ARMAZENAMENTO: 1TB SSD M.2 PCIE NVME; FONTE: 800w80 PLUS GOLD OU SUPERIOR; GABINETE COMPATÍVEL; CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE 2021 PRO	9	UNID	14.906,89	134.162,01
04	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES PROCESSADOR COM 10 NÚCLEOS (6 DE DESEMPENHO + 4 DE EFICIÊNCIA) E 16 THREADS, FREQUÊNCIA BASE DE 2.5GHz, TURBO ATÉ 4.7GHz; PLACA MÃE COM CHIPSET B760, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR4 intel ou similar; MEMÓRIA: 08GB (1X08GB) DDR4 3200MHZ; ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 PCIE NVME + HDD 1TB 3,5"; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA MINIMA DE 8 GBGDD R6, INTERFACE:PCI EXPRESS 4.0x8, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 2304 A 2560 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAY PORT1.4; FONTE: 500W OU SUPERIOR. CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE2 021 PRO	6	UNID	8.195,86	49.175,16
05	NOBREAK 700VA BIVOLT/115V PRETO, CARACTERÍSTICAS GERAIS, BATERIA ESPECIFICAÇÕES, TÉCNICAS: COR: PRETO, TENSÃO DE ENTRADA :115V -220V BIVOLT, TENSÃO DE SAÍDA: 115V PADRÃO BRASILEIRO DE PLUGUES E TOMADAS	15	UNID	889,67	13.345,05
06	SWITCH 16 PORTAS GIGABIT PARA RACK	3	unidade	816,04	2.448,12
07	TABLET TELA DE 12.1" COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: TABLET NA COR BRANCO OU PRETO, 1 CARREGADOR, CABOS DE DADOS, 1 FONE DE OUVIDO E MANUAL DE INSTRUÇÕES,PROCESSADOR QUAD-CORE, TIPO DE TELA LCD TFT, TAMANHO DO DISPLAY 12", CONEXÃO WI-FI, MEMORIA INTERNA DE MINIMO 8GB DE MEMÓRIA RAM.	1	unidade	2.142,99	2.142,99





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Planejamento
Coordenadoria de Engenharia



08	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA - VELOCIDADE DE IMPRESSAO 10PPM MONOCROMATICA E 05PPM COLORIDA E VELOCIDADE MINIMA DE IMPRESSAO EM ISO DE 30PPM MONOCROMATICA E 15PPM COLORIDA. COMPOSTO DE 01 GARRAFA COM TINTA PRETA COM RENDIMENTO MINIMO DE 3.500 PAGINAS E 03 GARRAFAS DE TINTA COLORIDA (CIANO, MAGENTA, AMARELO) COM RENDIMENTO MINIMO DE 6.500 PAGINAS. SCANNER DE BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, COM RESOLUCAO OTICA DO SCANNER DE NO MINIMO 600 DPI E HARDWARE DO SCANNER DE 1200DPI, FUNCOES DE DIGITALIZACAO PARA PC (PDF E WSD), CONECTIVIDADE PADRAO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE (COMPATIVEL COM USB 1.1), WI-FI (802.11 B/G/N) E WI-FI DIRECT. VISOR DE NO MINIMO 1,40" LCD COLORIDO DEVERA ESTAR INCLUSO NA CAIXA 1 GARRAFA DE TINTA PRETA, 01 GARRAFA DE TINTA CIANO, 01 GARRAFA DE TINTA MAGENTA, 01 GARRAFA DE TINTA AMARELA, CABO DE ALIMENTACAO, CD DE INSTALACAO, GUIA DE INSTALACAO RAPIDA	1	unidade	1.943,33	1.943,33
09	TECLADO MULTIMÍDIA, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, COMPATÍVE EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UNID	102,95	1.544,25
10	MOUSE SEM FIO, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, RECARREGÁVEL , COMPATÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UNID	75,45	1.131,75
11	FONE OUVIDO, TIPO HEADSET PROFISSIONAL CONECTORES 1/8' OU P2 ESTÉREO, COR: PRETO, FONES DRIVER 40 MM, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 20 HZ - 20 KHZ, CABO 1,5 M, MICROFONE UNIDIRECIONAL.	20	UNID	164,63	3.292,60
12	WEBCAM HD 720P; RESOLUÇÃO DE VÍDEO; HD 720P; RESOLUÇÃO DA IMAGEM: 3MPX; INTERFACES: 2.0. VIDEOCHAMADA HD (1280 X 720 PIXELS) COM SISTEMA RECOMENDADO; CAPTURA DE VÍDEO: ATÉ 1280 X 720 PIXELS; FOTOS: ATÉ 3,0 MEGAPIXELS (COM OTIMIZAÇÃO DO SOFTWARE);	15	UNID	269,71	4.045,65
13	ROLO CABO 300 m CAT 6	1	caixa	1.449,20	1.449,20
14	PACOTE 100 unid RJ 45 CAT 6	100	unidade	0,78	78,00
15	Mousepad com apoio em gel, design ergonômico, superfície em tecido, base antiderrapante.	15	UNID	20,26	303,90
TOTAL					242.127,31

Tais bens possuem ampla padronização no mercado e são comumente classificados como bens e natureza comum, de fácil especificação e comparação de preços.

O levantamento de preços atende ao disposto no §1º, inciso I, do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que admite o uso de cotações obtidas por meio de pesquisa eletrônica, especialmente quando se trata de bens padronizados e com significativa oferta comercial no setor privado.

A Administração poderá, a seu critério, submeter os valores estimados à validação da **Controladoria Geral de Preços (CGP)** do Município de Ji-Paraná, conforme regulamentação interna, para fins de





confirmação de compatibilidade com os preços médios praticados em outras contratações públicas similares.

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada obriga-se a executar a contratação com estrita observância aos termos do edital, do contrato, deste Termo de Referência e da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, respondendo por quaisquer danos causados à Administração Pública ou a terceiros em razão do descumprimento, total ou parcial, de suas obrigações.

São obrigações da contratada, sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos demais instrumentos do processo licitatório:

11.1 Obrigações relativas ao fornecimento dos bens

- a) Fornecer todos os bens permanentes de tecnologia da informação especificados neste Termo de Referência, rigorosamente de acordo com as quantidades, características técnicas, marca, modelo e demais requisitos definidos no instrumento convocatório e em sua proposta;
- b) Entregar os produtos novos, originais de fábrica, sem uso anterior, completos, com todos os seus componentes, acessórios e cabos de alimentação, acompanhados de manual de instrução em português, termos de garantia e, quando exigido, certificados de conformidade com normas técnicas brasileiras (ex.: Inmetro, Anatel, ISO, etc.);
- c) Garantir que os bens entregues estejam perfeitamente embalados e protegidos, com etiquetas legíveis de identificação, em conformidade com os padrões técnicos e de segurança exigidos para transporte e manuseio;
- d) Proceder à entrega dos itens nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Planejamento, em dias úteis e dentro do horário de expediente, devendo o transporte, o descarregamento e, quando aplicável, a instalação inicial correrem inteiramente por conta da contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração;
- e) Fornecer produtos compatíveis com a infraestrutura existente nas unidades da rede municipal, quando aplicável, responsabilizando-se por eventual substituição ou adaptação, caso constatada incompatibilidade de funcionamento.

11.2 Obrigações relativas à garantia e assistência técnica

- a) Assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens fornecidos, a contar da data do recebimento definitivo, durante a qual se compromete a realizar, às suas expensas, a substituição ou reparo de qualquer item que apresente defeito de fabricação, falha de desempenho, vício oculto ou incompatibilidade técnica com as especificações contratadas;
- b) Manter rede de assistência técnica autorizada no território nacional, devendo ser





comprovada a sua existência quando solicitado pela Administração;

- c) Garantir a reposição de peças originais, durante o período de garantia, com prazo razoável para atendimento, não superior a 10 (dez) dias úteis, salvo motivo justificado e aceito pela Administração;
- d) Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas relativas à logística reversa dos itens com defeito, incluindo transporte, substituição, reinstalação e testes, quando aplicável.

11.3 Obrigações legais e administrativas

- a) Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para entrega, substituição e regularização de inconformidades, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- b) Manter atualizada a documentação exigida para a habilitação, especialmente as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, durante toda a vigência do contrato, conforme disposto nos arts. 64 e 65 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Cumprir integralmente a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, ambiental, sanitária e de segurança aplicável ao objeto contratado, isentando a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- d) Apresentar, quando solicitado, comprovação documental da origem lícita dos produtos, notas fiscais de aquisição, certificados de procedência e garantias contratuais de fábrica;
- e) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, diretamente ou por meio de preposto formalmente designado, comprometendo-se a atender prontamente às determinações da fiscalização ou do gestor do contrato;
- f) **Manter canal de comunicação ativo** com a Administração durante todo o período contratual, devendo informar qualquer alteração societária, contratual, técnica ou fiscal relevante;
- g) Assumir inteira responsabilidade por perdas e danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público, decorrentes de falhas técnicas, vícios dos produtos, transporte inadequado ou conduta de seus prepostos.

11.4 Obrigações complementares

- a) Observar as normas de conduta ética e probidade administrativa, vedando qualquer prática de favorecimento, corrupção ou fraude, sob pena de rescisão contratual e responsabilização nos termos da legislação vigente;
- b) Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração;
- c) Apresentar preposto formalmente identificado, quando exigido, para acompanhamento do fornecimento, recebimento e eventual substituição dos itens, devendo este estar apto a representar a empresa nas tratativas contratuais;
- d) Atuar com transparência, diligência e respeito às normas da Administração Pública,





zelando pela boa-fé objetiva, economicidade e interesse público que regem as contratações públicas.

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações previstas neste capítulo sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, nos termos dos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil e penal, quando for o caso.

CAPÍTULO XII

DAS OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

A Administração Pública, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento de Ji-Paraná/RO, compromete-se a adotar todas as providências necessárias para a boa e regular execução do contrato, conforme os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público que regem as contratações públicas.

Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo de outras disposições previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável:

12.1 Obrigações administrativas e procedimentais

- a) Garantir à contratada o pleno acesso às informações, documentos e condições necessárias para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto ao cronograma de entrega e locais de recebimento dos bens;
- b) Indicar formalmente o gestor do contrato e os fiscais técnico e administrativo, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, com atribuições claramente delimitadas e capacidade técnica compatível com o objeto da contratação;
- c) Receber, examinar e atestar os bens fornecidos, observando se estão em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, bem como registrar formalmente as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- d) Comunicar à contratada, de forma clara e tempestiva, quaisquer irregularidades, defeitos ou vícios constatados nos produtos entregues, fixando prazo razoável para sua substituição ou correção, sob pena de sanções;
- e) Manter a contratada informada sobre quaisquer alterações no local, prazos ou procedimentos relacionados à entrega e ao recebimento dos itens, sempre que tais mudanças impactarem o cumprimento contratual;
- f) Providenciar a assinatura e a publicação do contrato ou da ata de registro de preços, conforme o caso, nos prazos legais, assim como garantir o acompanhamento formal do cumprimento das obrigações pactuadas.

12.2 Obrigações relacionadas ao recebimento e à fiscalização

- a) Proceder ao recebimento provisório e definitivo dos bens, nos termos dos arts. 140 a 143





da Lei nº 14.133/2021, mediante emissão de termos formais que indiquem o cumprimento dos requisitos técnicos e Administrativos definidos no contrato;

- b) Emitir relatório técnico de recebimento, quando exigido, contendo registros fotográficos e avaliação detalhada quanto à adequação dos itens entregues, à integridade física, ao funcionamento dos equipamentos e à compatibilidade com a infraestrutura local;
- c) Registrar, por meio dos fiscais, as ocorrências contratuais em sistema de gerenciamento ou processo físico, garantindo a rastreabilidade das ações, ordens de serviço, substituições e manifestações da contratada;
- d) Assegurar à contratada prazo razoável e compatível para a correção ou substituição de itens rejeitados, antes da aplicação de quaisquer sanções administrativas, observando o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Obrigações financeiras

- a) Realizar, por meio do setor competente, a liquidação da despesa, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, após a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e cadastral da contratada, bem como da conformidade da nota fiscal com os bens efetivamente entregues;
- b) Efetuar o pagamento no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, observado o cronograma financeiro e os recursos orçamentários disponíveis;
- c) Realizar, quando aplicável, a atualização monetária dos valores devidos à contratada, em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, nos termos da legislação vigente;
- d) Retenção e recolhimento, quando devidos, dos tributos incidentes sobre a contratação, observada a natureza jurídica da contratada e o enquadramento tributário vigente, especialmente no que se refere ao Simples Nacional.

12.4 Obrigações relativas à boa-fé e à legalidade

- a) Observar o dever de boa-fé, cooperação e respeito à contratada, promovendo um ambiente institucional adequado à execução contratual, sem exigências arbitrárias ou alterações unilaterais indevidas;
- b) Evitar a emissão de ordens ou determinações que extrapolem o escopo contratual, salvo por meio de termos aditivos ou apostilas devidamente formalizados, nos limites da Lei nº 14.133/2021;
- c) Garantir, quando for o caso, o direito de defesa e contraditório da contratada antes da aplicação de qualquer penalidade administrativa, observando os procedimentos previstos na legislação e nos regulamentos internos;
- d) Adotar providências, quando necessário, para a revisão contratual prevista no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, em casos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.





O inadimplemento das obrigações por parte da Contratante, quando causar prejuízo à execução do contrato ou ao equilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ensejar a revisão contratual, na forma prevista no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante provocação da parte interessada e comprovação dos impactos sofridos.

CAPÍTULO XIII

DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CAPÍTULO XIV

DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação do objeto não será admitida, conforme as diretrizes do **art. 122 da Lei nº 14.133/2021**, considerando que a natureza do fornecimento exige a execução direta pela contratada para garantir a integridade da garantia técnica e a responsabilidade pelo suporte dos equipamentos.

A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela plena execução do contrato, respondendo solidária e diretamente por quaisquer falhas, danos ou descumprimentos praticados pela subcontratada.

É vedada a subcontratação de empresas declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com a Administração Pública, bem como de empresas cujos sócios, administradores ou responsáveis técnicos estejam impedidos de participar de licitações ou de celebrar contratos administrativos.

A identificação de subcontratação não autorizada, total ou parcial, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, podendo implicar na rescisão contratual por culpa da contratada.

CAPÍTULO XV

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), buscando minimizar impactos ambientais e promover a eficiência no uso dos recursos públicos.

Os fornecedores deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos de sustentabilidade:





15.1 Eficiência Energética

Os equipamentos (computadores, tablet, monitores e) deverão possuir certificação de eficiência energética reconhecida nacional ou internacionalmente (ex.: Procel A, Energy Star ou equivalente), visando a redução do consumo de energia elétrica durante o uso.

15.2 Gestão e Destinação de Resíduos

As embalagens utilizadas deverão ser fabricadas com materiais recicláveis, sempre que possível, oriundas de fontes recicladas;

As embalagens entregues deverão ser destinadas à coleta seletiva municipal ou a programas de reciclagem indicados pela Administração;

Os equipamentos substituídos deverão ter destinação ambientalmente adequada, preferencialmente por meio de logística reversa, em conformidade com a legislação vigente.

15.3 Redução de Impactos Logísticos

Recomenda-se que a entrega dos equipamentos seja realizada de forma única ou agrupada, evitando deslocamentos desnecessários e reduzindo a emissão de poluentes associada ao transporte;

Sempre que viável, serão priorizados fornecedores localizados na região ou que possuam centros de distribuição próximos, desde que não comprometa a competitividade do certame.

15.4 Durabilidade e Manutenção

Todos os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses (conforme especificado para cada item), assegurando maior vida útil e reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

Deverá ser assegurada a disponibilidade de peças de reposição por, no mínimo, 5 anos após a entrega.

15.5 Práticas de Uso Consciente

A contratada deverá fornecer orientações básicas à equipe da Administração sobre boas práticas para economia de energia, prolongamento da vida útil dos equipamentos e descarte correto ao fim do ciclo de utilização.

O cumprimento desses critérios será verificado no ato da entrega, por meio de documentação comprobatória, etiquetas, certificados e inspeção física dos bens.

O não atendimento aos critérios de sustentabilidade estabelecidos neste capítulo poderá ensejar a recusa do recebimento definitivo, até a regularização das pendências, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.





CAPÍTULO XVI

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação foi analisada quanto à viabilidade de parcelamento do objeto, nos termos do art. 18, §1º, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021, observadas, quando aplicável, as disposições do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, quanto à adjudicação e à gestão contratual dos itens, tendo-se avaliado os aspectos técnicos, econômicos e operacionais, bem como a preservação da economia de escala e a ampliação da competitividade, concluindo-se pela adoção do parcelamento, conforme as características do objeto e as condições do mercado fornecedor, conforme análise constante no Estudo Técnico Preliminar.

Considerando a natureza do objeto aquisição de bens permanentes de tecnologia da informação verificou-se que os itens possuem características técnicas distintas, são comercializados separadamente no mercado e não dependem tecnicamente entre si para pleno funcionamento.

Diante disso, optou-se pelo **parcelamento por item**, com adjudicação pelo critério de menor preço por item, abrangendo:

- Item 3: Computadores profissionais de alto desempenho (9 unidades),
- Item 4: Computadores profissionais de médio desempenho (6 unidades);
- Item 12: Tablet 12.1" (1 unidade);
- Item 1: Monitores LED widescreen de 27 (20 unidades),
- Item 2: Monitores LED widescreen de 24(10 unidades);
- Item 9: Fone Ouvido Tipo Headset (20 unidades);
- Item 6, 5, 7 e 10: Mouse sem fio (15 unidades), Teclados sem fio (15 unidades), Mouse Pad (15 unidades), Webcam hd (15 unidades);
- Item 8: Nobreak 700VA (15 unidades),
- Item 11: Switch 16 Portas (03 unidades);
- Item 14 e 15: Cabo CAT 6 (01 caixa), Conector RJ45 CAT6 (100 unidades).

17.1. Essa estratégia apresenta as seguintes justificativas técnicas e econômicas:

- **Técnica:** possibilita a participação de fornecedores especializados em cada tipo de equipamento, garantindo maior aderência às especificações técnicas e qualidade dos bens entregues;
- **Econômica:** amplia a competitividade, favorece a obtenção de preços mais vantajosos e evita a concentração contratual em um único fornecedor que, embora competitivo em um item, possa apresentar valores superiores em outros;
- **Operacional:** permite o recebimento, instalação e utilização dos itens de forma independente,





sem prejuízo à funcionalidade do conjunto.

Ressalta-se que a opção pelo parcelamento não compromete a economicidade ou a eficiência da contratação, estando plenamente alinhada aos princípios da isonomia, competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos nos arts. 5º, 11 e 40 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVII

DA LEGALIDADE

A presente contratação observará integralmente a legislação vigente, especialmente:

- Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Lei Federal nº 4.320/1964 (Normas gerais de Direito Financeiro);
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Decreto Federal nº 11.462/2023 (Regulamenta o Sistema de Compras do Governo Federal ComprasGov);
- Decreto Municipal nº 1.384/2024 (Regulamento local da Lei nº14.133/2021).

Ji-Paraná, na data da assinatura.

REVISADO POR:
Marcelo Aparecido de Oliveira
Cadastro n.º 8197

AUTORIZADO POR:
RENATO ANTONIO FUVERKI
Secretário Municipal de Planejamento Decreto nº 103/2025

ITENS REVISADOS E CONFERIDOS POR:
ORLANDO CRISTIAN VIEIRA
Gerente de Informática
Responsável técnico da área de Tecnologia da Informação





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	9	12/05/2026

ID: **2672835**

CRC: **686544B4**

Processo: **1-8456/2025**

Usuário: **MARCELO APARECIDO DE OLIVEIRA**

Criação: **12/05/2026 08:03:37** Finalização: **12/05/2026 08:04:42**

Processo



Documento



MD5: **89654D77E45011080EB49A2791E1C212**

SHA256: **F6CB2C566A047551AF5E687A2A544C5C6221D1C861F0E6FEBE430A24EF3311E6**

Súmula/Objeto:

Termo de Referência

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	12/05/2026 08:03:37
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, TELAS, IMPRESSORAS, SCANNERS, NOBREAKS	12/05/2026 08:03:37
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MARCELO APARECIDO DE OLIVEIRA	GEOGRAFO	12/05/2026 08:04:46
--	----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 RENATO ANTONIO FUVERKI	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	12/05/2026 08:53:22
---	--------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2672835 e o CRC 686544B4.



Estudo Técnico Preliminar

(retificado conforme recomendado pelo Jurídico n.º 132/PGM/PMJP/2026)

Órgão: Secretaria Municipal de Planejamento Unidade: Coordenadoria Geral de Engenharia

1. OBJETO

Aquisição de computadores profissionais de alto desempenho, monitores LED widescreen, periféricos, licenças digitais, switches, adaptadores diversos, cabeamento de redes e demais itens para suporte e instalação de equipamentos eletrônicos com a finalidade de proporcionar infraestrutura tecnológica adequada para execução de projetos de engenharia, modelagem e renderização gráfica, fiscalização de obras e suporte técnico aos engenheiros e arquitetos desta Prefeitura, conforme especificações técnicas mínimas exigidas para operação de softwares especializados principalmente para futura utilização do BIM Building Information Modeling, ou Modelagem da Informação da Construção, uma metodologia que utiliza modelos digitais 3D inteligentes e colaborativos para criar e gerenciar informações durante todo o ciclo de vida de um projeto de construção, desde o planejamento e design até a construção, operação e manutenção, promovendo eficiência, comunicação e a redução de erro.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 2.1** O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.
- 2.2** O objetivo é suprir as demandas por microcomputadores e componentes, monitores e outros.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 3.1** O Estudo Técnico Preliminar, cujo descritivo tem em seu cunho caráter tecnológico, visa atender as demandas desta municipalidade, especificamente da Secretaria Municipal de Planejamento.
- 3.2** O município constantemente precisa adquirir novos equipamentos dentre outros componentes relacionados ao meio tecnológico, necessitando estar sempre atualizado e funcional, vez que nosso sítio tecnológico atual encontra-se defasado;
- 3.3** Os microcomputadores pertencentes à Secretaria Municipal de Planejamento causam atraso no desenvolver dos trabalhos, desta forma existindo a necessidade de aquisição de computadores *high end* adequados para a sua atividade fim;
- 3.4** A aquisição de computadores e monitores tornou-se necessária para atender à crescente demanda por infraestrutura tecnológica da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná RO, especialmente junto à Coordenadoria Geral de Engenharia e Arquitetura da SEMPLAN, que passa por expansão das





suas equipes técnicas;

3.5 A modernização do parque tecnológico é fundamental para assegurar maior eficiência no desempenho das atividades institucionais, considerando o aumento da carga de trabalho, a necessidade de processamento de softwares técnicos (como Civil3D, Eberick, Metashap, Cype3d, Pro elétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, Qi Builder, Archicad, SketchUp, Vegas Pró e Lumion) e a integração de sistemas digitais de gestão pública;

3.6 Além disso, a mudança prevista para um novo espaço físico reforça a urgência de atualização dos equipamentos de informática que serão integrados ao novo layout de trabalho, conforme a Planta Layout engenharia piso térreo de 17/09/2025 (ID 2051673) e Planta Layout engenharia piso superior de 17/09/2025 (ID 2051674), permitindo melhores condições operacionais, desempenho, segurança da informação e produtividade;

3.7 Problemas Atuais

3.7.1 No cenário atual, os equipamentos disponíveis na Coordenadoria Geral de Engenharia encontram-se obsoletos e insuficientes para atender às demandas de processamento exigidas pelos softwares técnicos utilizados. Tal defasagem tecnológica ocasiona uma série de entraves que comprometem a rotina de trabalho e a entrega de resultados, entre os quais destacam-se:

3.7.1.1 Baixo desempenho computacional travamentos frequentes e lentidão extrema durante a execução de softwares de modelagem e renderização, ocasionando interrupções no fluxo de trabalho e perda de tempo produtivo;

3.7.1.2 Risco elevado de perda de dados falhas durante o processamento de renderização ou na manipulação de arquivos pesados podem levar à perda de informações essenciais, exigindo retrabalho e atrasando cronogramas pactuados;

3.7.1.3 Incapacidade de utilizar recursos avançados ausência de placa gráfica dedicada e de armazenamento SSD inviabiliza o uso pleno de funcionalidades de visualização 3D em tempo real, realidade virtual e renderizações de alta qualidade;

3.7.1.4 Descompasso com requisitos técnicos de mercado enquanto softwares como AutoCAD e Revit exigem GPU dedicada de 4 GB ou mais, 16 GB de RAM e SSD, Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype3d, Pro elétrica, Dialux, QiBuilder, Archicad, Sketch Up, Vegas Pró, Lumion e futura implantação do BIM, demandam GPU de 8 a 16GB VRAM com 32 GB de RAM e SSD NVMe, os equipamentos atuais não atendem sequer à configuração mínima recomendada;

3.7.1.5 Impacto na motivação e desempenho da equipe a constante frustração decorrente da incapacidade de concluir tarefas no prazo e com qualidade compromete o engajamento dos servidores e a percepção de valorização profissional;





4. IMPACTO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de computadores profissionais de alto desempenho, monitores widescreen de alta taxa de atualização proporcionará uma transformação significativa na capacidade operacional da Coordenadoria Geral de Engenharia. Entre os impactos esperados, destacam-se:

4.1 Aumento exponencial de produtividade a redução estimada de até 90% no tempo de renderização permitirá que a equipe desenvolva, revise e apresente projetos em prazos consideravelmente menores;

4.2 Melhoria substancial na qualidade visual a possibilidade de trabalhar com texturas, iluminação e simulação realistas elevará o padrão das apresentações e facilitará a compreensão dos projetos por todas as partes envolvidas nas execuções de obras públicas;

4.3 Agilidade na execução de tarefas complexas a produção de plantas, cortes, maquetes virtuais e modelagens BIM será realizada com maior fluidez, permitindo ajustes rápidos e precisos durante o desenvolvimento dos projetos;

4.4 Fortalecimento do planejamento e fiscalização de obras com recursos gráficos avançados, os fiscais de contratos poderão prever e corrigir eventuais inconformidades antes da execução física, evitando retrabalhos e desperdício de recursos públicos;

4.5 Segurança e integridade das informações com armazenamento SSD M.2 e NVMe, haverá maior velocidade de acesso a dados e menor risco de falhas, garantindo a preservação de arquivos de alto valor técnico;

4.6 Valorização e motivação da equipe técnica ao dispor de ferramentas adequadas, os profissionais sentirão maior reconhecimento e terão condições para explorar plenamente suas competências;

4.7 Alinhamento com princípios da Administração Pública a medida reforça a economicidade, eficiência, transparência e qualidade dos serviços públicos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, evitando prejuízos decorrentes de equipamentos inadequados.

4.8 A presente contratação não se limita à substituição de equipamentos antigos, mas representa uma ação estratégica para assegurar que a Coordenadoria Geral de Engenharia (responsável atualmente por acompanhar mais de 80% das obras públicas municipais, e inclusive ficando sob a responsabilidade da SEMPLAN todo e qualquer projeto que envolvam os profissionais de engenharia elétrica) disponha de infraestrutura compatível com as exigências técnicas e legais do setor público, garantindo a entrega dessas obras com qualidade, dentro dos prazos e com uso racional dos recursos públicos.

5. REQUISITOS DO OBJETO

5.1 O descritivo dos itens relacionados, categorizados e separados por item, visam a aquisição de bens e equipamentos relacionados ao sítio tecnológico do município. A aquisição deverá observar os requisitos técnicos, legais, administrativos e de qualidade previstos na Lei nº 14.133/2021, bem





como as diretrizes específicas estabelecidas pelo Município de Ji-Paraná/RO, assegurando que os bens atendam integralmente às necessidades operacionais da Coordenadoria Geral de Engenharia do Município.

5.2 Disponibilização e Prazos de Entrega:

5.2.1 A entrega dos bens deverá ser efetuada de forma integral em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato.

5.2.2 A entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal e termo de garantia, sendo realizada no Almoxarifado Municipal (RO 135 Avenida Pastor Severo Antônio de Araújo), em Ji-Paraná/RO, no horário de expediente administrativo, das 7h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira.

5.3 Garantia e Assistência Técnica:

5.3.1 Os equipamentos deverão possuir garantia de fábrica mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação ou vícios ocultos.

5.3.2 A assistência técnica deverá ser prestada de forma direta pelo fabricante ou através de rede credenciada, garantindo o suporte necessário para que a interrupção das atividades de engenharia e modelagem (BIM) seja mínima.

5.3.3 Em caso de defeito que não possa ser sanado no local em até 48 horas, o fornecedor deverá providenciar a substituição do componente ou do equipamento para assegurar a continuidade do serviço.

5.4 Manutenção:

5.4.1 Durante o período de garantia, a manutenção corretiva correrá inteiramente por conta da contratada, incluindo a reposição de peças originais, sem custos adicionais para o Município.

5.5 Possibilidade de Subcontratação:

5.5.1 Considerando a natureza do objeto (fornecimento de bens comuns de informática), **não será admitida a subcontratação** do objeto principal, visando garantir a responsabilidade direta do fornecedor pela qualidade e procedência dos componentes eletrônicos de alto desempenho solicitados.

5.6 Critérios de Aceitação:

5.6.1 O recebimento dar-se-á de forma provisória para conferência de especificações e, em até 15 (quinze) dias úteis, de forma definitiva, após testes de estresse e verificação de compatibilidade dos componentes (GPU, Processador e Memória) pela Coordenadoria de TI.





5.7 Especificação dos Equipamentos:

ITEM	EQUIPAMENTOS
01	MONITOR COM NO MÍNIMO 27 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920x1080),TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 180Hz,CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR,TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.
02	MONITOR COM NO MÍNIMO 24 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 x 1080),TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 120 Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OUSUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR,TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.
03	COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PLACA MÃE COM CHIPSET B760 OU B650, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 OU AM5 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR5 5600-600MHz INTEL ou similar de mesma qualidade, DUAL CHANNEL (4 SLOTS), EXPANSÕES 1X PCIe 4.0/5.0 X16 PARA GPU; PROCESSADOR COM NÚCLEOS E THREADS: 12 A 16 NÚCLEOS/24 THREADS OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA BASE ENTRE 3.2GHz E 4.7GHz; MEMÓRIA RAM: 32GB (2X16GB) DDR5 VELOCIDADE 5600 MHZ OU SUPERIOR; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA mínima DE 12 GB GDDR6X - RTX, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 x 16, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 3800 A 5900 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª OU 3ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAYPORT 1.4 OU 2; ARMAZENAMENTO: 1TB SSD M.2 PCIE NVME; FONTE: 800w80 PLUS GOLD OU SUPERIOR; GABINETE COMPATÍVEL; CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE 2021 PRO
04	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES PROCESSADOR COM 10 NÚCLEOS (6 DE DESEMPENHO + 4 DE EFICIÊNCIA) E 16 THREADS, FREQUÊNCIA BASE DE 2.5GHz, TURBO ATÉ 4.7GHz; PLACA MÃE COM CHIPSET B760, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR4 intel ou similar; MEMÓRIA: 08GB (1X08GB) DDR4 3200MHZ; ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 PCIE NVME + HDD 1TB 3,5"; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA MINIMA DE 8 GBGDD R6, INTERFACE:PCI EXPRESS 4.0x8, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 2304 A 2560 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAY PORT1.4; FONTE: 500W OU SUPERIOR. CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE2 021 PRO
05	NOBREAK 700VA BIVOLT/115V PRETO, CARACTERÍSTICAS GERAIS, BATERIA ESPECIFICAÇÕES, TÉCNICAS: COR: PRETO, TENSÃO DE ENTRADA :115V -220V BIVOLT, TENSÃO DE SAÍDA: 115V PADRÃO BRASILEIRO DE PLUGUES E TOMADAS
06	SWITCH 16 PORTAS GIGABIT PARA RACK
07	TABLET TELA DE 12.1" COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: TABLET NA COR BRANCO OU PRETO, 1 CARREGADOR, CABOS DE DADOS, 1 FONE DE OUVIDO E MANUAL DE INSTRUÇÕES,PROCESSADOR QUAD-CORE,TIPO DE TELA LCD TFT, TAMANHO DO DISPLAY 12", CONEXÃO WI-FI, MEMÓRIA INTERNA DE MINIMO 8GB DE MEMÓRIA RAM.
08	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA - VELOCIDADE DE IMPRESSAO 10PPM MONOCROMATICA E 05PPM COLORIDA E VELOCIDADE MINIMA DE IMPRESSAO EM ISO DE 30PPM MONOCROMATICA E 15PPM COLORIDA. COMPOSTO DE 01 GARRAFA COM TINTA PRETA COM RENDIMENTO MINIMO DE 3.500 PAGINAS E 03 GARRAFAS DE TINTA COLORIDA (CIANO, MAGENTA, AMARELO) COM RENDIMENTO MINIMO DE 6.500 PAGINAS. SCANNER DE BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, COM RESOLUCAO OTICA DO SCANNER DE NO MINIMO 600 DPI E HARDWARE DO SCANNER DE 1200DPI, FUNCOES DE DIGITALIZACAO PARA PC (PDF E WSD), CONECTIVIDADE PADRAO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE (COMPATIVEL COM USB 1.1), WI-FI (802.11 B/G/N) E WI-FI DIRECT. VISOR DE NO MINIMO 1,40" LCD COLORIDO DEVERA ESTAR INCLUSO NA CAIXA 1 GARRAFA DE TINTA PRETA, 01 GARRAFA DE TINTA CIANO, 01 GARRAFA DE TINTA MAGENTA, 01 GARRAFA DE TINTA AMARELA, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CD DE INSTALAÇÃO, GUIA DE INSTALAÇÃO RAPIDA
09	TECLADO MULTIMÍDIA, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, COMPATÍVE EM TODAS AS PLATAFORMAS





10	MOUSE SEM FIO, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, RECARREGÁVEL , COMPATÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS
11	FONE OUVIDO, TIPO HEADSET PROFISSIONAL CONECTORES 1/8' OU P2 ESTÉREO, COR: PRETO, FONES DRIVER 40 MM, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 20 HZ - 20 KHZ, CABO 1,5 M, MICROFONE UNIDIRECIONAL.
12	WEBCAM HD 720P; RESOLUÇÃO DE VÍDEO: HD 720P; RESOLUÇÃO DA IMAGEM: 3MPX; INTERFACES: 2.0. VIDEOCHAMADA HD (1280 X 720 PIXELS) COM SISTEMA RECOMENDADO; CAPTURA DE VÍDEO: ATÉ 1280 X 720 PIXELS; FOTOS: ATÉ 3,0 MEGAPIXELS (COM OTIMIZAÇÃO DO SOFTWARE);
13	ROLO CABO 300 m CAT 6
14	PACOTE 100 unid RJ 45 CAT 6
15	Mousepad com apoio em gel, design ergonômico, superfície em tecido, base antiderrapante.

4 ESTIMATIVA DA DEMANDA QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

4.1 A estimativa da demanda foi elaborada a partir de levantamento interno realizado pelas equipes administrativas da SEMPLAN, com o apoio das chefias dos setores e coordenações. O diagnóstico considerou os seguintes aspectos:

4.2 Mapeamento do parque tecnológico existente, identificando equipamentos obsoletos, com desempenho insuficiente, falhas recorrentes de hardware e incompatibilidade com softwares utilizados pelas equipes técnicas.

4.3 Solicitações registradas nos últimos dois anos junto ao setor de tecnologia da informação, referentes à substituição ou aquisição de novos equipamentos de informática;

4.4 Crescimento projetado da estrutura organizacional da Secretaria, aumento do número de servidores e necessidade de realocação física para um novo espaço administrativo;

4.5 Estudos de dimensionamento dos postos de trabalho, considerando a necessidade de alocar estações completas de informática compatíveis com as atividades desempenhadas e com os requisitos técnicos de produtividade e desempenho;

4.6 Exigência de compatibilidade com softwares específicos utilizados pelos profissionais de engenharia, arquitetura e planejamento urbano, como Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype3d, Pro elétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, Qi Builder, Archicad, SketchUp, Vegas Pró e Lumion, Excel avançado, BIM, que demandam equipamentos com maior capacidade de processamento, memória e estabilidade;

4.7 O dimensionamento da quantidade dos equipamentos necessários foi realizado com base na Planta Layout engenharia piso térreo de 17/09/2025 (ID 2051673) e Planta Layout engenharia piso superior de 17/09/2025 (ID 2051674) do projeto de reorganização física da COORDENADORIA GERAL DE ENGENHARIA da SEMPLAN, assegurando a alocação adequada dos postos de trabalho para o desempenho eficiente das atividades institucionais;

4.8 A definição da quantidade considera não apenas a disposição física dos espaços, mas





também a necessidade de estações de trabalho dedicadas, o uso simultâneo dos postos e a impossibilidade de revezamento, dado o caráter técnico das funções exercidas;

4.9 Assim, a aquisição proposta visa assegurar a continuidade dos serviços, eliminar gargalos tecnológicos, evitar prejuízos à produtividade e garantir o cumprimento das normas legais e de desempenho funcional, contribuindo diretamente para a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados à população;

4.10 Com base nesse levantamento foi possível consolidar uma estimativa de demanda proporcional à necessidade real, evitando tanto o superdimensionamento quanto a escassez.

4.11 O presente estudo leva em consideração as demandas existentes desta municipalidade e foram selecionados de acordo com a mesma, e também por serem as melhores tecnologias disponíveis no mercado;

4.12 Por motivos de padronização interna, **serão aceitos processadores da marca Intel, ou similar de mesma qualidade ou superior** (Itens 3 e 4), o sítio tecnológico desta Secretaria é composto inteiramente por processadores da marca supracitada;

4.13 Os computadores possuem componentes internos que podem ser compartilhados com outros cuja placa mãe seja da mesma geração. Em nosso sítio tecnológico possuímos apenas placas mãe compatíveis com processadores Intel, exemplificando: uma placa mãe de socket LGA 1700 é compatível com processadores Intel de 12ª, 13ª e 14ª geração (i3, i5, i7 e i9). O socket aqui citado é compatível apenas com processadores da marca Intel, não sendo compatível com processadores de outras marcas. Se esse fosse o caso, seria necessário a aquisição de outros componentes para o seu funcionamento, conforme devidamente exemplificado;

4.14 Computadores que perdem parte de sua usabilidade, podem ter seus componentes combinados com outros que possuem o mesmo padrão tecnológico, aumentando assim consideravelmente a vida útil dos mesmos;

4.15 Os itens 3 Computador e 4 microcomputador que mencionam a Chave do windows 11 pro e Chave do Microsoft Office 2021 pro se encontram em situação similar por se tratar de licenciamento de software para uso dos computadores;

4.16 Detalhamento de quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QTD	UND	CÓD.
01	Monitor LED 27" Widescreen	MONITOR COM NO MÍNIMO 27 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920x1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 180Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.	20	UND	108.001.019





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Planejamento
Coordenadoria Geral de Engenharia



02	Monitor LED 24" Widescreen	MONITOR COM NO MÍNIMO 24 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 x 1080),TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 120 Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OUSUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR,TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.	10	UND	108.001.020
03	Computador Profissional de Alto Desempenho	COMPUTADOR COM AS SEGUINTESS CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PLACA MÃE COM CHIPSET B760 OU B650, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 OU AM5 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR5 5600-600MHz INTEL ou similar de mesma qualidade, DUAL CHANNEL (4 SLOTS), EXPANSÕES 1X PCIe 4.0/5.0 X16 PARA GPU; PROCESSADOR COM NÚCLEOS E THREADS: 12 A 16 NÚCLEOS/24 THREADS OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA BASE ENTRE 3.2GHz E 4.7GHz; MEMORIA RAM: 32GB (2X16GB) DDR5 VELOCIDADE 5600 MHZ OU SUPERIOR; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA mínima DE 12 GB GDDR6X - RTX, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 x 16, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 3800 A 5900 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª OU 3ª GERAÇÃO, SAIDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAYPORT 1.4 OU 2; ARMAZENAMENTO: 1TB SSD M.2 PCIE NVME; FONTE: 800w80 PLUS GOLD OU SUPERIOR; GABINETE COMPATÍVEL; CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE 2021 PRO	9	UND	108.001.021
04	COMPUTADOR PROFISSIONAL DE MÉDIO DESEMPENHO	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTESS CONFIGURAÇÕES PROCESSADOR COM 10 NÚCLEOS (6 DE DESEMPENHO + 4 DE EFICIÊNCIA) E 16 THREADS, FREQUÊNCIA BASE DE 2.5GHz, TURBO ATÉ 4.7GHz; PLACA MÃE COM CHIPSET B760, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR4 intel ou similar; MEMÓRIA: 08GB (1X08GB) DDR4 3200MHZ; ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 PCIE NVME + HDD 1TB 3,5"; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA MINIMA DE 8 GBGDD R6, INTERFACE:PCI EXPRESS 4.0x8, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 2304 A 2560 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAY PORT1.4; FONTE: 500W OU SUPERIOR. CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE2 021 PRO	6	UND	108.001.022
05	NOBREAK	NOBREAK 700VA BIVOLT/115V PRETO, CARACTERÍSTICAS GERAIS, BATERIA ESPECIFICAÇÕES, TÉCNICAS: COR: PRETO, TENSÃO DE ENTRADA :115V -220V BIVOLT, TENSÃO DE SAÍDA: 115V PADRÃO BRASILEIRO DE PLUGUES E TOMADAS	15	UND	108.001.025
06	SWITCH	SWITCH 16 PORTAS GIGABIT PARA RACK	3	UND	059.001.694
07	TABLET	TABLET TELA DE 12.1" COM AS SEGUINTESS ESPECIFICAÇÕES: TABLET NA COR BRANCO OU PRETO, 1 CARREGADOR, CABOS DE DADOS, 1	1	UND	108.001.029





		FONE DE OUVIDO E MANUAL DE INSTRUÇÕES,PROCESSADOR QUAD-CORE,TIPO DE TELA LCD TFT, TAMANHO DO DISPLAY 12", CONEXÃO WI-FI, MEMORIA INTERNA DE MINIMO 8GB DE MEMÓRIA RAM.			
08	IMPRESSORA	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA - VELOCIDADE DE IMPRESSAO 10PPM MONOCROMATICA E 05PPM COLORIDA E VELOCIDADE MINIMA DE IMPRESSAO EM ISO DE 30PPM MONOCROMATICA E 15PPM COLORIDA. COMPOSTO DE 01 GARRAFA COM TINTA PRETA COM RENDIMENTO MINIMO DE 3.500 PAGINAS E 03 GARRAFAS DE TINTA COLORIDA (CIANO, MAGENTA, AMARELO) COM RENDIMENTO MINIMO DE 6.500 PAGINAS. SCANNER DE BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, COM RESOLUCAO OTICA DO SCANNER DE NO MINIMO 600 DPI E HARDWARE DO SCANNER DE 1200DPI, FUNCOES DE DIGITALIZACAO PARA PC (PDF E WSD), CONECTIVIDADE PADRAO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE (COMPATIVEL COM USB 1.1), WI-FI (802.11 B/G/N) E WI-FI DIRECT. VISOR DE NO MINIMO 1,40" LCD COLORIDO DEVERA ESTAR INCLUSO NA CAIXA 1 GARRAFA DE TINTA PRETA, 01 GARRAFA DE TINTA CIANO, 01 GARRAFA DE TINTA MAGENTA, 01 GARRAFA DE TINTA AMARELA, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CD DE INSTALAÇÃO, GUIA DE INSTALAÇÃO RAPIDA	1	unidade	108.001.030
09	TECLADO	TECLADO MULTIMÍDIA, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, COMPATÍVE EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UND	108.001.023
10	MOUSE	MOUSE SEM FIO, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, RECARREGÁVEL , COMPATÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UND	108.001.024
11	FONE OUVIDO	FONE OUVIDO, TIPO HEADSET PROFISSIONAL CONECTORES 1/8' OU P2 ESTÉREO, COR: PRETO, FONES DRIVER 40 MM, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 20HZ - 20 KHZ, CABO 1,5 M, MICROFONE UNIDIRECIONAL.	20	UND	108.001.026
12	WEBCAM HD	WEBCAM HD 720P; RESOLUÇÃO DE VÍDEO; HD 720P; RESOLUÇÃO DA IMAGEM: 3MPX; INTERFACES: 2.0. VIDEOCHAMADA HD (1280 X 720 PIXELS) COM SISTEMA RECOMENDADO; CAPTURA DE VÍDEO: ATÉ 1280 X 720 PIXELS; FOTOS: ATÉ 3,0 MEGAPIXELS (COM OTIMIZAÇÃO DO SOFTWARE);	15	UND	108.001.027
13	Cabo	ROLO CABO 300 m CAT 6	1	caixa	009.003.321
14	Conector Macho	PACOTE 100 unid RJ 45 CAT 6	100	UND	006.005.195
15	MOUSE PAD	Mousepad com apoio em gel, design ergonômico, superfície em tecido, base antiderrapante.	15	UND	002.003.290

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO





5.1 Para a definição do valor estimado da contratação, foi realizada cotação de preços atualizada, por meio de pesquisa de mercado junto ao painel de preços. A cotação levou em consideração a média de valores unitários praticados no mercado para cada item, conforme permitido pelo art. 23, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.2 O levantamento resultou em valor estimado total de R\$ 242.127,31 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e sete reais e trinta e um centavos) valor que será utilizado como referência para a elaboração do Termo de Referência e instrução da fase interna da contratação.

5.3 O levantamento de preços oficial e definitivo poderá, quando necessário, ser complementado pela Controladoria Geral de Preços (CGP) da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, nos termos das diretrizes e competências internas estabelecidas.

5.4 Alternativas Disponíveis

5.4.1 Diante da necessidade de aquisição de equipamentos de informática de alto desempenho para a Coordenadoria Geral de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento, foram avaliadas as seguintes alternativas de contratação previstas na Lei nº 14.133/2021:

5.4.1.1 Pregão Eletrônico: modalidade adequada para aquisição de bens comuns, com ampla competitividade, transparência e agilidade, especialmente por meio de plataforma eletrônica.

5.4.1.2 Sistema de Registro de Preços (SRP): vantajoso para aquisição de itens com uso recorrente e demanda variável, permitindo fornecimento conforme necessidade e evitando fracionamento de despesa.

5.4.1.3 Concorrência: aplicável para bens e serviços especiais ou de maior complexidade técnica, ou quando há exigência de pré-qualificação. Não se aplica ao presente caso, pois trata-se de bens comuns de TI.

5.4.1.4 Dispensa de Licitação: descartada, visto que o valor global da aquisição ultrapassa os limites legais do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e não se trata de situação emergencial ou de calamidade pública.

5.5 Análise das Alternativas

Após análise comparativa das modalidades previstas na Lei nº14.133/2021,concluiu-se que o Pregão Eletrônico é a forma mais adequada para a presente contratação, considerando:

5.5.1 Clareza e definição do objeto A contratação envolve equipamentos de tecnologia com especificações técnicas bem definidas (computadores de alto desempenho, monitores), permitindo julgamento objetivo das propostas.

5.5.2 Natureza de bem comum Apesar da exigência de alto desempenho, os itens possuem disponibilidade ampla no mercado, enquadrando-se na definição de bens comuns de tecnologia da informação.





5.5.3 Quantitativos fixos e demanda pontual A aquisição é única e com quantidade previamente estabelecida, não havendo variação de consumo que justifique o uso do Sistema de Registro de Preços.

5.5.4 Vantagem competitiva e econômica O pregão em formato eletrônico amplia a concorrência para fornecedores de todo o território nacional, potencializando a obtenção de melhores preços e condições de fornecimento.

5.5.5 Eficiência e transparência A modalidade eletrônica reduz custos processuais, agiliza a tramitação e proporciona rastreabilidade e publicidade integral dos atos do certame.

5.5.6 Dessa forma, as demais alternativas avaliadas: Sistema de Registro de Preços, Concorrência e Dispensa de Licitação mostraram-se menos vantajosas ou inaplicáveis diante da previsibilidade da demanda, da natureza do objeto e do valor estimado da contratação.

5.6 Justificativa Técnica e Econômica

5.6.1 A escolha do Pregão Eletrônico justifica-se por:

5.6.1.1 Aspecto técnico: os itens possuem especificações amplamente disponíveis no mercado e são enquadrados como bens comuns de tecnologia da informação, mesmo exigindo configurações de alto desempenho.

5.6.1.2 Aspecto econômico: a modalidade promove concorrência em âmbito nacional, amplia a participação de fornecedores, reduz custos operacionais e possibilita a obtenção do menor preço para a Administração.

5.6.1.3 Aspecto estratégico: a contratação por pregão eletrônico atende de forma imediata a necessidade da SEMPLAN/Coordenadoria Geral de Engenharia, eliminando gargalos produtivos causados por equipamentos obsoletos, e garante melhor controle orçamentário, sem a necessidade de gestão de atas ou fornecimento parcelado.

5.6.2 Assim, a modalidade escolhida assegurará segurança jurídica, agilidade processual, economicidade e eficiência, alinhando-se aos princípios e dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e ao interesse público.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Preço estimado: O valor estimado para a aquisição dos materiais permanentes é R\$ 242.127,31 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e sete reais e trinta e um centavos).

6.2 Metodologia Utilizada: Para a estimativa do valor da contratação, foi realizada consulta junto ao painel de preços (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/analise-materiais>) para cada item, no mês de setembro de 2025.





6.3 Detalhamento dos Valores: segue abaixo a planilha com a descrição e quantidade dos itens e o valor médio obtido nas consultas de mercado:

ITEM	DESCRIÇÃO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	QTD	UND	VLR MÉDIO	VLR TOTAL
01	MONITOR COM NO MÍNIMO 27 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920x1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 180Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.	20	UNID	959,28	19.185,60
02	MONITOR COM NO MÍNIMO 24 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 x 1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 120 Hz, CONEXÕES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAY PORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1ms (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MÍNIMO DE 300 NITS.	10	UNID	787,97	7.879,70
03	COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PLACA MÃE COM CHIPSET B760 OU B650, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 OU AM5 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR5 5600-6000MHz INTEL ou similar de mesma qualidade, DUAL CHANNEL (4 SLOTS), EXPANSÕES 1X PCIe 4.0/5.0 X16 PARA GPU; PROCESSADOR COM NÚCLEOS E THREADS: 12 A 16 NÚCLEOS/24 THREADS OU SUPERIOR, FREQUÊNCIA BASE ENTRE 3.2GHz E 4.7GHz; MEMÓRIA RAM: 32GB (2X16GB) DDR5 VELOCIDADE 5600 MHZ OU SUPERIOR; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA mínima DE 12 GB GDDR6X - RTX, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 x 16, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 3800 A 5900 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª OU 3ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAYPORT 1.4 OU 2; ARMAZENAMENTO: 1TB SSD M.2 PCIE NVME; FONTE: 800w80 PLUS GOLD OU SUPERIOR; GABINETE COMPATÍVEL; CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE 2021 PRO	9	UNID	14.906,89	134.162,01
04	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES PROCESSADOR COM 10 NÚCLEOS (6 DE DESEMPENHO + 4 DE EFICIÊNCIA) E 16 THREADS, FREQUÊNCIA BASE DE 2.5GHz, TURBO ATÉ 4.7GHz; PLACA MÃE COM CHIPSET B760, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR4 intel ou similar; MEMÓRIA: 08GB (1X08GB) DDR4 3200MHZ; ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 PCIE NVME + HDD 1TB 3,5"; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA MÍNIMA DE 8 GB GDDR6, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0x8, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 2304 A 2560 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAY PORT 1.4; FONTE: 500W OU SUPERIOR. CHAVE DE WINDOWS 11 PRO E CHAVE MICROSOFT OFFICE 2021 PRO	6	UNID	8.195,86	49.175,16
05	NOBREAK 700VA BIVOLT/115V PRETO, CARACTERÍSTICAS GERAIS, BATERIA ESPECIFICAÇÕES, TÉCNICAS: COR: PRETO, TENSÃO DE ENTRADA :115V -220V BIVOLT, TENSÃO DE SAÍDA: 115V PADRÃO BRASILEIRO DE PLUGUES E TOMADAS	15	UNID	889,67	13.345,05





PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Planejamento
Coordenadoria Geral de Engenharia



06	SWITCH 16 PORTAS GIGABIT PARA RACK	3	unidade	816,04	2.448,12
07	TABLET TELA DE 12.1" COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: TABLET NA COR BRANCO OU PRETO, 1 CARREGADOR, CABOS DE DADOS, 1 FONE DE OUVIDO E MANUAL DE INSTRUÇÕES, PROCESSADOR QUAD-CORE, TIPO DE TELA LCD TFT, TAMANHO DO DISPLAY 12", CONEXÃO WI-FI, MEMÓRIA INTERNA DE MÍNIMO 8GB DE MEMÓRIA RAM.	1	unidade	2.142,99	2.142,99
08	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 10PPM MONOCROMÁTICA E 05PPM COLORIDA E VELOCIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO EM ISO DE 30PPM MONOCROMÁTICA E 15PPM COLORIDA. COMPOSTO DE 01 GARRAFA COM TINTA PRETA COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 3.500 PÁGINAS E 03 GARRAFAS DE TINTA COLORIDA (CIANO, MAGENTA, AMARELO) COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 6.500 PÁGINAS. SCANNER DE BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, COM RESOLUÇÃO ÓTICA DO SCANNER DE NO MÍNIMO 600 DPI E HARDWARE DO SCANNER DE 1200DPI, FUNÇÕES DE DIGITALIZAÇÃO PARA PC (PDF E WSD), CONECTIVIDADE PADRÃO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE (COMPATÍVEL COM USB 1.1), WI-FI (802.11 B/G/N) E WI-FI DIRECT. VISOR DE NO MÍNIMO 1,40" LCD COLORIDO DEVERÁ ESTAR INCLUSO NA CAIXA 1 GARRAFA DE TINTA PRETA, 01 GARRAFA DE TINTA CIANO, 01 GARRAFA DE TINTA MAGENTA, 01 GARRAFA DE TINTA AMARELA, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CD DE INSTALAÇÃO, GUIA DE INSTALAÇÃO RÁPIDA	1	unidade	1.943,33	1.943,33
09	TECLADO MULTIMÍDIA, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, COMPATÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UNID	102,95	1.544,25
10	MOUSE SEM FIO, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, RECARREGÁVEL , COMPATÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS	15	UNID	75,45	1.131,75
11	FONE OUVIDO, TIPO HEADSET PROFISSIONAL CONECTORES 1/8" OU P2 ESTÉREO, COR: PRETO, FONES DRIVER 40 MM, RESPOSTA FREQUÊNCIA: 20 HZ - 20 KHZ, CABO 1,5 M, MICROFONE UNIDIRECIONAL.	20	UNID	164,63	3.292,60
12	WEBCAM HD 720P; RESOLUÇÃO DE VÍDEO; HD 720P; RESOLUÇÃO DA IMAGEM: 3MPX; INTERFACES: 2.0. VIDEOCHAMADA HD (1280 X 720 PIXELS) COM SISTEMA RECOMENDADO; CAPTURA DE VÍDEO: ATÉ 1280 X 720 PIXELS; FOTOS: ATÉ 3,0 MEGAPIXELS (COM OTIMIZAÇÃO DO SOFTWARE);	15	UNID	269,71	4.045,65
13	ROLO CABO 300 m CAT 6	1	caixa	1.449,20	1.449,20
14	PACOTE 100 unid RJ 45 CAT 6	100	unidade	0,78	78,00
15	Mousepad com apoio em gel, design ergonômico, superfície em tecido, base antiderrapante.	15	UNID	20,26	303,90
TOTAL					242.127,31





7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos de informática de alto desempenho, incluindo computadores, monitores e periféricos destinados à Coordenadoria Geral de Engenharia dessa SEMPLAN.

7.2 O objetivo é substituir equipamentos obsoletos que comprometem a produtividade e a qualidade técnica dos trabalhos, garantindo infraestrutura adequada para o uso de softwares de engenharia, arquitetura e modelagem 3D, essenciais para o planejamento, execução e fiscalização de obras deste município.

7.3 A aquisição abrangerá os bens citados no item 4.17 e 6.3 para melhor visualização de plantas, projetos e modelagens tridimensionais e outros documentos técnicos, para participação em reuniões e cursos *on line*.

7.4 A execução da solução prevê entrega, instalação e configuração dos equipamentos na Coordenadoria Geral de Engenharia, assegurando que estejam prontos para uso imediato, com garantia e suporte técnico conforme as condições ofertadas na licitação.

7.5 Descrição Detalhada da Solução

7.5.1 A presente contratação visa atender necessidade pontual e estratégica da Coordenadoria Geral de Engenharia, proporcionando equipamentos compatíveis com:

7.5.1.1 Softwares essenciais: Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype3d, Pro elétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, Qi Builder, Archicad, SketchUp, Vegas Pró e Lumion entre outros, que demandam alto desempenho gráfico e de processamento.

7.5.1.2 Requisitos técnicos recomendados por fabricantes: GPU dedicada de 4 a 16 GB VRAM, 16 a 32GB RAM, armazenamento SSD NVMe e monitores de alta qualidade.

7.5.1.3 Fluxo de trabalho do setor: Elaboração e revisão de projetos arquitetônicos e de engenharia, renderização de imagens, modelagem BIM, além de suporte à fiscalização de obras municipais.

7.6 A solução

Essa contempla a substituição integral dos equipamentos atuais, que apresentam falhas graves de desempenho no formato e qualidade exigidos nas atividades de campo e Coordenadoria.

7.7 Planejamento Estratégico

O planejamento da solução está alinhado às metas de modernização tecnológica da Secretaria Municipal de Planejamento e às diretrizes de gestão eficiente de recursos públicos previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual.





7.7.1 Etapas previstas:

7.7.1.1 Formalização da demanda (já concluída) com base na [DFD - Formalização de Demanda 1578 de 18/09/2025 \(ID 2053654\)](#) e [DFD - Formalização de Demanda 1579 de 18/09/2025 \(ID 2053658\)](#).

7.7.1.2 Aprovação orçamentária e definição da fonte de recursos vinculada à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Planejamento.

7.7.1.3 Elaboração do Termo de Referência com as especificações técnicas detalhadas e quantitativos definidos.

7.7.1.4 Processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para aquisição dos itens.

7.7.1.5 Entrega e instalação dos equipamentos na Coordenadoria Geral de Engenharia.

7.7.1.6 Treinamento e configuração inicial para otimizar o uso dos novos recursos tecnológicos.

7.7.1.7 Monitoramento de resultados para aferir ganhos de produtividade e qualidade na execução das atividades técnicas.

7.7.2 Com essa abordagem, a contratação garantirá ganhos operacionais, aumento da produtividade, melhoria da qualidade técnica dos projetos e otimização do tempo de execução, fortalecendo a capacidade da Coordenadoria Geral de Engenharia na gestão das obras públicas.

8 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA AQUISIÇÃO

8.1 Em observância ao princípio do parcelamento, insculpido no Art. 40, inciso V, alínea "b" e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, optou-se pela divisão do objeto em itens independentes. Tal estratégia visa à ampliação da competitividade e ao aproveitamento das especialidades do mercado local e regional. A segregação dos grupos de informática, imagem e redes justifica-se pela natureza distinta dos insumos, permitindo a participação de licitantes com expertise setorial específica. Referida medida assegura a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem que haja prejuízo à economia de escala ou ao conjunto do fornecimento, conforme preceitua a Súmula nº 247 do TCU.

8.1.1 O parcelamento por item está em conformidade com o art. 6º, inciso LVII, da Lei nº 14.133/2021, que define o item como a unidade de fornecimento passível de adjudicação e contratação independentes. Tal estratégia visa atender ao princípio da ampla competitividade e ao aproveitamento das peculiaridades do mercado, conforme preceitua o art. 40, § 2º da referida Lei.

8.1.2 No caso da Coordenadoria Geral de Engenharia, cada equipamento (computador, monitor) possui especificações próprias e é comercializado de forma independente por diferentes nichos do mercado. A adoção do parcelamento, neste caso, não acarreta perda de economia de escala, uma vez que o agrupamento indevido de tecnologias distintas (como redes e imagem) poderia restringir a participação de fabricantes e revendedores especializados, elevando os preços por meio da subcontratação ou da redução da competitividade. Assim, a divisão garante que a Administração obtenha o valor de mercado de cada segmento, assegurando a independência técnica





e funcional dos bens.

8.2 Justificativa Técnica e Econômica

8.2.1 Técnica: O parcelamento por item possibilita a participação de fornecedores especializados em cada categoria de produto (informática, periféricos), garantindo maior qualidade na entrega e atendimento adequado às especificações. Essa modalidade também reduz riscos de incompatibilidade logística, pois cada fornecedor será responsável exclusivamente pelo seu item adjudicado

8.2.2 Econômica: A licitação por menor preço por item tende a gerar maior competitividade e, conseqüentemente, melhores preços, já que empresas que atuam em segmentos específicos podem apresentar propostas mais vantajosas. Além disso, evita-se a contratação de fornecedor único que, mesmo competitivo em um item, possa ter preços superiores junto aos demais.

8.3 Considerações Finais

8.3.1 A adoção do parcelamento por item com adjudicação pelo menor preço por item:

8.3.1.1 Aumenta a competitividade e o número de fornecedores aptos a participar;

8.3.1.2 Permite preços mais vantajosos para cada categoria de produto;

8.3.1.3 Garante qualidade técnica por meio da especialização dos fornecedores;

8.3.1.4 Está em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão de compras públicas.

8.3.2 Dessa forma, a estratégia escolhida concilia eficiência, economicidade e isonomia, assegurando a obtenção da melhor proposta para cada item e, por consequência, para o conjunto da contratação.

9 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como foco ampliar a capacidade operacional e técnica da Coordenadoria Geral de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento, execução e fiscalização de projetos arquitetônicos e de engenharia. A modernização da infraestrutura de tecnologia contribuirá para maior eficiência, qualidade e economicidade na gestão das obras e serviços públicos educacionais.

10. METAS DA AQUISIÇÃO

10.1.1 Disponibilizar infraestrutura tecnológica compatível como requisitos mínimos e recomendado para operação de softwares de alto desempenho, como Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype3d, Proelétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, Qi Builder, Archicad, SketchUp,





Vegas Pró e Lumion.

- 10.1.2 Reduzir significativamente o tempo de processamento e renderização de modelagens 3D, otimizando o fluxo de trabalho do setor de Engenharia.
- 10.1.3 Aprimorar a precisão e qualidade dos projetos, favorecendo a visualização, análise e aprovação de obras antes da execução física.
- 10.1.4 Proporcionar maior segurança e integridade das informações técnicas, com armazenamento em SSD NVM e backups regulares.
- 10.1.5 Assegurar a continuidade das atividades de fiscalização e planejamento, minimizando atrasos decorrentes de falhas de equipamentos.
- 10.1.6 Valorizar e motivar a equipe técnica, oferecendo recursos modernos e adequados para o pleno exercício das funções.
- 10.1.7 Fortalecer a gestão eficiente dos recursos públicos, com investimentos direcionados à modernização e sustentabilidade operacional.

10.2 Resultados Esperados

- 10.2.1 Aumento de até 90% na velocidade de renderização e processamento de arquivos técnicos, permitindo entregas mais rápidas e dentro dos prazos legais.
- 10.2.2 Elevação do padrão visual e técnico dos projetos apresentados às partes envolvidas na execução das obras públicas, facilitando o entendimento, detecção de falhas e eventual necessidade de tomada de decisão.
- 10.2.3 Diminuição de retrabalhos e desperdícios por meio da detecção antecipada de inconformidades durante a modelagem e simulação virtual.
- 10.2.4 Melhoria da eficiência da equipe técnica, com redução de paradas operacionais causadas por equipamentos obsoletos.
- 10.2.5 Aprimoramento da fiscalização de obras, com uso de recursos gráficos avançados para identificar e corrigir falhas antes da execução física.
- 10.2.6 Redução de custos indiretos com manutenção emergencial e substituição prematura de equipamentos.
- 10.2.7 Fortalecimento da imagem institucional da Secretaria Municipal de Planejamento.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO/EMPENHO

Para assegurar a regularidade, transparência e eficiência da contratação, a Administração deverá adotar as seguintes providências antes da celebração do contrato:





11.1 Verificação da Disponibilida de Orçamentária

Deverá ser realizada a conferência da dotação orçamentária específica vinculada ao elemento de despesa para aquisição de bens permanentes, no âmbito do programa de gestão administrativa, ação de manutenção das atividades da SEMPLAM, conforme previsão já incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) exercício 2025. (<https://pncp.gov.br/app/pca/04092672000125/2026>)

11.2 Elaboração do Termo de Referência

Com base neste Estudo Técnico Preliminar, será elaborado o Termo de Referência detalhado, contendo:

- 11.2.3 Justificativa da contratação;
- 11.2.4 Especificações técnicas completas do itens;
- 11.2.5 Quantitativos estimados;
- 11.2.6 Critérios de aceitabilidade;
- 11.2.7 Requisitos de garantia e assistência técnica;
- 11.2.8 Prazo de entrega e condições logísticas;
- 11.2.9 Regras para fiscalização e recebimento dos materiais.

11.3 Designação de Comissão e Gestor e Fiscal Técnico de Contrato

Ante à contratação/empenho, deverá ser feita a designação formal de Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais (Setor TI), fiscal e gestor de contrato/empenho, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, e IN 04/CGM/2024, para acompanhar a execução contratual, registrar ocorrências, atestar recebimentos e assegurar o cumprimento das obrigações pela contratada. O recebimento provisório será feito pelo almoxarifado e após pelo fiscal da SEMPLAN e o definitivo pela Comissão de Recebimento, pelos servidores do setor de TI.

11.4 Planejamento da Logística de Recebimento e Distribuição

A SEMPLAN deverá preparar, com antecedência, a logística necessária para o recebimento, conferência, armazenamento e distribuição dos bens da Coordenadoria Geral de Engenharia, garantindo rastreabilidade, segurança e agilidade no processo.

11.5 Divulgação do Processo Licitatório

A Administração deve assegurar a divulgação ampla e transparente do certame no sistema eletrônico oficial, conforme regras da Lei de Licitações n. 14133/2021, incluindo a publicação do edital, termo de referência e demais documentos que integram a fase interna do processo.





11.6 Gestão de Riscos

Será elaborado um Plano de Gerenciamento de Riscos, com identificação de possíveis eventos que possam comprometer a contratação, como:

- 11.6.1 Atrasos na entrega dos equipamentos;
- 11.6.2 Fornecimento de itens em desacordo com as especificações;
- 11.6.3 Ausência de garantia ou suporte técnico adequado;
- 11.6.4 Incompatibilidade técnica com a estrutura existente.

Esse plano deverá conter estratégias de prevenção, mitigação e respostas corretivas, conforme orientações da área técnica. Essas providências visam garantir a eficiência, conformidade legal e segurança contratual, possibilitando que a aquisição ocorra de forma planejada, transparente e com os devidos controles administrativos.

12 CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 A presente contratação possui caráter pontual e autônomo, destinada especificamente a atender a demanda desta Secretaria Municipal de Planejamento/Coordenadoria Geral de Engenharia por equipamentos de alto desempenho, sem condicionamento a outras aquisições para sua plena utilização.

Ainda que independente, a modernização da infraestrutura tecnológica poderá ser complementarmente integrada a outras iniciativas estratégicas da Secretaria, tais como:

- 12.2 Aquisição futura de **softwares e licenças especializadas** em modelagem, renderização e gestão de obras, potencializando o uso dos novos equipamentos;
- 12.3 **Capacitação técnica** da equipe para operação avançada dos recursos gráficos e de processamento;
- 12.4 Contratações de **serviços de manutenção preventiva e corretiva**, visando preservar a vida útil e o desempenho dos bens adquiridos;
- 12.5 **Aprimoramento da infraestrutura de rede** (switches, cabeamento estruturado, pontos de acesso Wi-Fi), possibilitando maior eficiência na integração e compartilhamento de arquivos de grande porte;
- 12.5.1 **Projetos de expansão da fiscalização remota de obras**, com utilização dos recursos gráficos e computacionais disponibilizados.

Destaca-se que nenhuma dessas ações constitui pré-requisito ou estabelece relação de inter dependência técnica ou administrativa para a presente aquisição, a qual é funcionalmente autônoma e poderá ser utilizada de forma imediata após a entrega e instalação dos equipamentos.

Todavia, a eventual integração futura com ações correlatas, ainda que não obrigatória, poderá





ampliar os benefícios esperados, maximizando o retorno do investimento público e contribuindo para o aumento da eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Planejamento/Coordenadoria Geral de Engenharia.

13 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de equipamentos de informática, como computadores e monitores, pode acarretar impactos ambientais diretos e indiretos relacionados ao ciclo de vida dos produtos, desde a fabricação dos componentes eletrônicos até o descarte final. Portanto, é essencial que a Administração Pública considere tais aspectos durante o planejamento, seleção de fornecedores e especificações técnicas, promovendo a sustentabilidade nas contratações governamentais.

13.1. Impactos Potenciais

- 13.1.1 Geração de resíduos sólidos decorrentes de embalagens (plástico, isopor, papelão) e equipamentos eletrônicos antigos substituídos (sucata eletrônica);
- 13.1.2 Extração e uso intensivo de recursos minerais e energéticos na fabricação de componentes eletrônicos (processadores, placas, telas, baterias, entre outros);
- 13.1.3 Emissão de CO e outros poluentes durante os processos industriais de produção, montagem e transporte dos equipamentos;
- 13.1.4 Risco de descarte inadequado de resíduos eletrônicos (e-lixo), que contêm metais pesados e substâncias tóxicas prejudiciais ao meio ambiente e à saúde pública;
- 13.1.5 Alto consumo de energia elétrica durante o uso dos equipamentos, especialmente se não forem classificados com eficiência energética.

13.2. Medidas de Mitigação e Sustentabilidade Recomendadas

Para minimizar os impactos ambientais associados à contratação, recomenda-se que o processo licitatório contemple:

- 13.2.1 Preferência por produtos com baixo consumo energético, durabilidade estendida e compatibilidade com políticas de economia de energia (como modo de suspensão e desligamento automático);
- 13.2.2 Incentivo à logística reversa, exigindo que o fornecedor se responsabilize pelo recolhimento e destinação adequada dos equipamentos substituídos, caso assim entenda a Administração Pública;
- 13.2.3 Redução do uso de embalagens plásticas ou não recicláveis, dando preferência a materiais recicláveis ou reutilizáveis;
- 13.2.4 Inclusão de cláusulas contratuais ambientais, permitindo fiscalização quanto à origem dos produtos e destinação final dos resíduos;





13.3. Conformidade Legal

As medidas sugeridas estão alinhadas com os princípios da Administração Pública sustentável e atendem aos seguintes dispositivos legais:

13.3.1 Em observância ao Art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá assegurar que os equipamentos fornecidos atendam aos requisitos de baixo consumo de energia e, preferencialmente, que o fabricante possua programa de logística reversa para o descarte dos componentes ao final de sua vida útil;

13.3.2 Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2010, que estabelece diretrizes para compras públicas sustentáveis;

13.3.3 Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo a obrigatoriedade da logística reversa em contratos com o setor público.

14 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA AQUISIÇÃO

Após análise detalhada dos aspectos técnicos, operacionais, orçamentários, legais e ambientais, conclui-se que a presente contratação atende integralmente aos princípios e objetivos da Administração Pública, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como às necessidades estratégicas da Secretaria Municipal de Planejamento. A aquisição proposta é essencial para garantir o pleno funcionamento da Coordenadoria Geral de Engenharia, possibilitando a execução eficiente de projetos arquitetônicos e de engenharia, a fiscalização de obras públicas, objeto tanto de recursos próprios quanto de repasses Estaduais e Federais, e a otimização do uso dos recursos públicos, sem interdependência técnica com outras contratações.

14.1. Análise De Viabilidade

A viabilidade da contratação está fundamentada nos seguintes pontos:

14.1.1 Necessidade comprovada: os equipamentos atualmente em uso encontram-se obsoletos, comprometendo a produtividade e a qualidade técnica dos serviços;

14.1.2 Adequação técnica: as especificações foram definidas com base nos requisitos mínimos e recomendados para softwares de alto desempenho (Civil 3D, Eberick, Metashap, Cype3d, Pro elétrica, Dialux, AutoCAD, Revit, Qi Builder, Archicad, SketchUp, Vegas Pró e Lumion), garantindo compatibilidade e longevidade da solução;

14.1.3 Conformidade legal e orçamentária: a contratação está amparada pela Lei nº 14.133/2021, vinculada ao Plano de Contratações Anual (PCA) e com dotação orçamentária disponível no exercício de 2025;

14.1.4 Benefícios estratégicos: a modernização da infraestrutura tecnológica contribuirá para redução de retrabalhos, melhoria na fiscalização de obras, valorização da equipe técnica e otimização de prazos de entrega;





14.1.5 Baixo impacto ambiental: eventuais impactos decorrentes do fornecimento e descarte de equipamentos antigos são de baixa magnitude e passíveis de mitigação mediante medidas previstas neste ETP. Assim, a análise técnica, administrativa e financeira comprova a viabilidade e pertinência da contratação, atendendo ao interesse público e aos objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Planejamento.

14.2. Recomendações

Diante das justificativas apresentadas e dos benefícios esperados, recomenda-se:

- 14.2.1 A continuidade do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com adjudicação por item, visando ampliar a competitividade e assegurar o menor preço para cada categoria de bem;
- 14.2.2 A elaboração do Termo de Referência com base neste Estudo Técnico Preliminar, contemplando especificações detalhadas, critérios de aceitabilidade, prazos de entrega e garantias mínimas;
- 14.2.3 A adoção das providências preparatórias previstas no item 11 deste documento, incluindo designação de Comissão de Recebimento e eventuais fiscal e gestor de contrato, planejamento logístico e gestão de riscos;
- 14.2.4 A observância das medidas mitigadoras ambientais, conforme descrito no item 13.2, para garantir sustentabilidade e conformidade com as boas práticas ambientais.
- 14.4.5 Portanto, a contratação é adequada, oportuna e vantajosa para a Administração, com potencial de gerar ganhos operacionais, estruturais e estratégicos à execução das obras públicas, fortalecendo a qualidade dos serviços públicos e o compromisso com a eficiência na gestão dos recursos.

15 CONSULTA ACERCA DA DISPONIBILIDADE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES

Conforme verificação efetuada no Portal da Transparência do Município de Ji-Paraná/RO, nos meses de agosto de 2025 e agora, janeiro de 2026, não foram identificadas existências de Atas de Registro de Preços vigentes que atendam às necessidades descritas no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP). Apenas futura aquisição de impressoras, conforme dados contidos no processo 1-1428/2026, desse Município.

Ademais, avaliou-se que a eventual adesão a Atas de Registro de Preços de outros entes ou entidades não se mostra adequada para suprir as demandas ora apresentadas

16 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, que a contratação: (X)
é viável () não é viável





17 ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Coordenadoria Geral de Engenharia.

REVISADO POR:

Marcelo Aparecido de Oliveira

Cadastro n.º 84197

AUTORIZADO POR:

RENATO ANTONIO FUVERKI

Secretário Municipal de Planejamento Decreto nº 103/2025





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico	9	12/05/2026

ID: **2672806**

CRC: **1DA7ADF1**

Processo: **1-8456/2025**

Usuário: **MARCELO APARECIDO DE OLIVEIRA**

Criação: **12/05/2026 08:01:10** Finalização: **12/05/2026 08:03:18**

Processo



Documento



MD5: **D76AF7050C668542A8241A86FCD5C2D4**

SHA256: **3B41AE03F3C883DAD3EF9D53E60A348AB4F793A026CD2E26C96A493A7616263F**

Súmula/Objeto:

Estudo Técnico Preliminar

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN	Ji-Paraná	RO	12/05/2026 08:01:10
--	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, TELAS, IMPRESSORAS, SCANNERS, NOBREAKS	12/05/2026 08:01:10
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MARCELO APARECIDO DE OLIVEIRA	GEOGRAFO	12/05/2026 08:03:22
--	----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 RENATO ANTONIO FUVERKI	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	12/05/2026 08:53:21
---	--------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2672806 e o CRC 1DA7ADF1.

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N. 055/SUPECOL/PMJP/RO/2026

(CADASTRO COMPRASNET: 90055/2026)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-8456/2025 – SEMPLAN

OBJETO: Aquisição de computadores profissionais de alto desempenho, monitores LED widescreen e impressoras multifuncionais, periféricos, switches, adaptadores diversos, cabeamento de redes e demais itens para suporte e instalação de equipamentos eletrônicos com a finalidade de proporcionar infraestrutura tecnológica adequada para execução de projetos de engenharia, modelagem e renderização gráfica, fiscalização de obras e suporte técnico aos engenheiros e arquitetos da Prefeitura.

Ao (À)

PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO - PMJP/RO

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V.UNIT ESTIMADO	V.TOTAL ESTIMADO
ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPAR					
1	UN.	MONITOR COM NO MINIMO 27 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MINIMA FULL HD (1920X1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 180HZ, CONEXOES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAYPORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1MS (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MINIMO DE 300 NITS. INDICADO PARA USO PROFISSIONAL EM TAREFAS DE ENGENHARIA. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.	20	959,28	19.185,60
2	UN	MONITOR COM NO MINIMO 24 POLEGADAS LED, RESOLUÇÃO MINIMA FULL HD (1920X1080), TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 120HZ, CONEXOES HDMI 2.0 OU SUPERIOR E DISPLAYPORT 1.4 OU SUPERIOR, TEMPO DE RESPOSTA DE 1MS (MPRT OU GTG), PAINEL IPS OU VA, SUPORTE A HDR10, BRILHO MINIMO DE 300 NITS. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	10	787,97	7.879,70
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					

3	UN	COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES: PLACA MA E COM CHIPSET B760 OU B650, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 OU AM5 COM SUPORTE A MEMORIA DDR5 5600-600MHZ INTEL, DUAL CHANNEL (4 SLOTS), EXPANSOES 1X PCIE 4.0/5.0 X1 6 PARA GPU; PROCESSADOR COM NUCLEOS E THREADS: 12 A 16 NUCLEOS/24 THREADS OU SUPERIOR, FREQUENCIA BASE ENTR E 3.2GHZ E 4.7GHZ; MEMORIA RAM: 32GB (2X16GB) DDR5 VELOCIDADE 5600 MHZ OU SUPERIOR; PLACA DE VIDEO COM MEMORIA DEDICADA DE 12 GB GDDR6X NVIDIA, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 X16, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRAFICO DE APROXIMADAMENTE 3800 A 5900 NUCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª OU 3ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VIDEO: HDMI 2. 1, DISPLAYPORT 1.4 OU 2; ARMAZENAMENTO: 4TB SSD M.2 PCIE NVME; FONTE:	7	14.906,89	104.348,23
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 03 RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
4	UN	COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES: PLACA MA MINIMA DE 12 MESES. LGA 1700 OU AM5 COM SUPORTE A MEMORIA DDR5 5600-600MHZ INTEL, DUAL CHANNEL (4 SLOTS), EXPANSOES 1X PCIE 4.0/5.0 X1 6 PARA GPU; PROCESSADOR COM NUCLEOS E THREADS: 12 A 16 NUCLEOS/24 THREADS OU SUPERIOR, FREQUENCIA BASE ENTRE 3.2GHZ E 4.7GHZ; MEMORIA RAM: 32GB (2X16GB) DDR5 VELOCIDADE 5600 MHZ OU SUPERIOR; PLACA DE VIDEO COM MEMORIA DEDICADA DE 12 GB GDDR6X NVIDIA, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 X16, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRAFICO DE APROXIMADAMENTE 3800 A 5900 NUCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE A RAY TRACING DE 2ª OU 3ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VIDEO: HDMI 2. 1, DISPLAYPORT 1.4 OU 2; ARMAZENAMENTO: 4TB SSD M.2 PCIE NVME; FONTE: 800W 80 PLUS GOLD OU SUPERIOR; GABINETE COMPATIVEL;	2,	14.906,89	29.813,78
ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					

5	UN	MICROCOMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES: PROCESSADOR COM 10 NÚCLEOS (6 DE DESEMPENHO + 4 DE EFICIÊNCIA) E 16 THREADS, FREQUÊNCIA BASE DE 2.5GHZ, TURBO ATÉ 4.7GHZ; PLACA MÃE COM CHIPSET B760, FORMATO MICRO ATX, SOQUETE LGA 1700 COM SUPORTE À MEMÓRIA DDR4 INTEL; MEMÓRIA: 08GB (1X08GB) DDR4 3200MHZ; ARMAZENAMENTO: 512GB SSD M.2 PCIe NVME + HDD 2TB 3,5"; PLACA DE VÍDEO COM MEMÓRIA DEDICADA DE 8GB GDDR6 NVIDIA, INTERFACE: PCI EXPRESS 4.0 X8, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO DE APROXIMADAMENTE 2304 A 2560 NÚCLEOS (OU EQUIVALENTES), SUPORTE À RAY TRACING DE 2ª GERAÇÃO, SAÍDA DE VÍDEO: HDMI 2.1, DISPLAYPORT 1.4; FONTE: 500W OU SUPERIOR.	6	8.195,86	49.175,16
6	UND	NOBREAK 700VA – POSSUIR NO MÍNIMO 4 TOMADAS DE SAÍDAS, ENTRADA BIVOLT, SAÍDA 110V (115V), POTÊNCIA DE 700VA: bateria interna, Indicador luminoso de rede (rede normal, alta e baixa), proteção de sobrepotência, indicado para todos os tipos de rede, principalmente para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica, Auto teste ao ser ligado (nobreak testa todos os circuitos internos, inclusive as baterias), permitir a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga, recarregar as baterias mesmo com o nobreak desligado, permitir ser ligado na ausência de rede elétrica, Circuito desmagnetizador (garante o valor de tensão adequado na saída do nobreak para equipamentos de informática e similares (cargas não lineares), Alarme audiovisual para sinalização de diversos eventos tais como: subtensão, sobretensão, fim do tempo de autonomia, etc; Botão liga/desliga que evita os acionamentos/desacionamentos acidentais ou involuntários, Botão iluminado que indica as condições (status) do nobreak: modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, bateria em carga. Garantia: mínima de 24 meses.	15	889,67	13.345,05
7	UND	SWITCH 16 PORTAS 10/100/1000 T16 PORTAS, COR PRETA Padrões e Protocolos IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x Interface 16 portas RJ45 10/100/1000Mbps Auto Negociação / AUTO MDI / MDIX Rede de Mídia 10BASE-T: UTP category 3, 4, 5 cable (maximum 100m) 100BASE-TX/1000BASE-T: UTP category 5, 5e or above cable (maximum 100m) Tabela de Mac Address 8K Capacidade de comutação	3	816,04	2.448,12

		32Gbps Fonte de alimentação externa 100-240V CA, 50/60Hz Fan Quantity Fanless Fonte de Alimentação 100-240VAC, 50/60Hz Dimensões (L X C X A) 17.3*7.1*1.7 in. (440*180*44 mm) Consumo de Energia Maximum: 13.3W (220V/50Hz)			
8	UN	TABLET TELA DE 12.1" COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: TABLET NA COR BRANCO OU PRETO, 1 CARREGADOR, CABOS DE DADOS, 1 FONE DE OUVIDO E MANUAL DE INSTRUÇÕES, PROCESSADOR QUAD-CORE, TIPO DE TELA LCD TFT, TAMANHO DO DISPLAY 7", CONEXÃO WI-FI, MEMÓRIA INTERNA DE MÍNIMO 8 GB DE MEMÓRIA RAM.	1	2.142,99	2.142,99
9	UN	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 10PPM MONOCROMÁTICA E 05PPM COLORIDA E VELOCIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO EM ISO DE 30PPM MONOCROMÁTICA E 15PPM COLORIDA. COMPOSTO DE 01 GARRAFA COM TINTA PRETA COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 3.500 PÁGINAS E 03 GARRAFAS DE TINTA COLORIDA (CIANO, MAGENTA, AMARELO) COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 6.500 PÁGINAS. SCANNER DE BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CÍCLICAS COLORIDO, COM RESOLUÇÃO ÓPTICA DO SCANNER DE NO MÍNIMO 600 DPI E HARDWARE DO SCANNER DE 1200DPI, FUNÇÕES DE DIGITALIZAÇÃO PARA PC (PDF E WSD), CONECTIVIDADE PADRÃO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE (COMPATÍVEL COM USB 1.1), WI-FI (802.11 B/G/N) E WI-FI DIRECT. VISOR DE NO MÍNIMO 1,40" LCD COLORIDO DEVERÁ ESTAR INCLuíDO NA CAIXA 1 GARRAFA DE TINTA PRETA, 01 GARRAFA DE TINTA CIANO, 01 GARRAFA DE TINTA MAGENTA, 01 GARRAFA DE TINTA AMARELA, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CD DE INSTALAÇÃO, GUIA DE INSTALAÇÃO RÁPIDA	1	1.943,33	1.943,33
10	UN	TECLADO SEM FIO TIPO MULTIMÍDIA, WIRELESS COM MINI RECEPTOR USB, COMPATÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS, TECLAS BAIXAS E MACIAS, ERGONÔMICO COM INCLINAÇÃO.	15	102,95	1.544,25

11	UN	MOUSE TAMANHO: PADRAO, SENSOR: LED, TIPO CONECTOR: BL UETOOTH 5.0, CONECTOR USB-C LIGHTIHING, CONECTIVIDADE: SEM FIO - RECARREGAVEL.	15,	75,45	1.131,75
12	UN	FONE OUVIDO, TIPO HEADSET, FONE DE OUVIDO PROFISSIONAL ORIGINAL - CONECTORES: CONECTOR: 1/8' OU P2 ESTEREO, CO R: PRETO, DIAMETRO FALANTE: FONES COMPACTOS SEMI-ABERTOS, IMPEDANCIA: 32 OHMS RESPOSTA FREQUENCIA: 13HZ ~ 27 KHZ SENSIBILIDADE: 125DB SPL/V TIPO DE IMA: IMA EM NEODIMI O COMPRIMENTO CABO: CABO DE 1,5 METROS.	20,	164,63	3.292,60
13	UN	WEB CAM HD 720P; RESOLUCAO DE VIDEO; HD 720P; RESOLUCAO DA IMAGEM: 3MPX; INTERFACE: 2.0. VIDEOCHAMADA HD (1280 X 720 PIXELS) COM SISTEMA RECOMENDADO; CAPTURA DE VIDEO: ATE 1280 X 720 PIXELS; FOTOS: ATE 3,0 MEGAPIXELS (COM OTIMIZACAO DO SOFTWARE);	15,	269,71	4.045,65
14	CX	CABO CAT6 - CAIXA C/ 300 MT - Descrição: · Compatível com o padrão CAT6; · Condutores de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno; Finalidade: · Destinado a atualização do cabeamentos do prédio; Referência: · SohoPlus CAT6;	1,	1.449,20	1.449,20
15	UND	CONECTOR RJ45 CAT6	100,	0,78	78,00
16	UND	MOUSE PAD MATERIAL ELASTOMERO E GELATINA DE SILICONE COMPR 25, LARGURA 22, ESPESSURA 2,5 COR PRETO Mouse pad, material elastômero e gelatina de silicone, comprimento 25, largura 22, espessura 2,5, acabamento superficial tecido, características adicionais ergonômico, com apoio para o punho em gel, aplicação uso de mouse com prevenção a ler (cor preto).	15,	20,26	303,90
VALOR TOTAL(Duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e sete reais e trinta e um centavos)					242.127,31

- O item 03 será destinado a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- O item 04 é **COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP E EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.
- Os itens 1 e 2, e 5 a 16 são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS**.

• Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT, prevalecerão às do **ANEXO II** deste Edital.

- Os licitantes, no que couber, devem apresentar **FOLDERS/CATÁLOGO DOS PRODUTOS OFERTADOS** para adequada análise técnica do setor requisitante.

- *Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da MARCA/MODELO/FABRICAÇÃO.*

Local/ Entrega/Execução/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 2.8 OBS: Empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar declaração atualizada de enquadramento para fins de não retenção tributária indevida.

3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo

representante legal e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2.A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4.Os atestados devem indicar que os bens fornecidos possuíam especificações técnicas semelhantes ou superiores às descritas neste documento;

4.5.Os documentos devem estar relacionados à atividade econômica principal ou secundária da empresa licitante, constante no contrato social.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado, atestando que:

ANEXO III – A MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo e em caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br;
- h) No caso de empresas em recuperação judicial, está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

2.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

2.3. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

2.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

2.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice**(conforme descrito no ANEXO I – Termo de Referência)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

2.12. São obrigações do Contratante:

- 2.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 2.14. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 2.15. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 2.16. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 2.17. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 2.18. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 2.19. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 2.20. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 2.21. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 2.22. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 2.23. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 2.24. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 2.25. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 2.26. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 2.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 2.28. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 2.29. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 2.30. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 2.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 2.32. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 2.33. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 2.34. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 2.35. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 2.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 2.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 2.38. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 2.39. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2.40. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.41. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 2.42. Não haverá exigência de garantia contratual ou a exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 2.43. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 2.44. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. **Multa:**

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 2.45. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 2.45.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 2.45.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 2.45.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 2.45.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 2.46. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 2.47. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 2.48. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 2.49. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 2.50. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.51. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

2.52. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

2.53. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

2.54. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.54.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2.55. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2.55.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

2.55.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

2.55.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

2.56. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 2.56.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2.56.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 2.56.3. Indenizações e multas.

2.57. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.58. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

2.59. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

2.59.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

2.60. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

2.61. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.62. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.63. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.64. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

2.65. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

2.66. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-